

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Da Política à Prática: a integração dos trabalhadores agrícolas imigrantes na região Oeste

Catarina Alexandra Bernardes Franco

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Doutor João Miguel Duarte de Carvalho, Investigador Integrado

CIES_ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Da Política à Prática: a integração dos trabalhadores agrícolas imigrantes na região Oeste

Catarina Alexandra Bernardes Franco

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Doutor João Miguel Duarte de Carvalho, Investigador Integrado

CIES_ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

Agradecimento

Fruto da colaboração e partilha de conhecimento e experiências, esta dissertação só se tornou possível com o apoio de várias pessoas e entidades, às quais quero deixar um agradecimento especial.

Ao meu orientador, pela disponibilidade, interesse e ajuda indispensável desde o primeiro momento.

Às três entidades entrevistadas, pelo fornecimento de informação, partilha das suas experiências e interesse nesta colaboração: Autoridade para as Condições de Trabalho Centro Local do Oeste, em particular ao seu Diretor Vítor Manuel Araújo Bernardo; Presidente da União de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, Nuno Cosme, e ao Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Torres Vedras.

A todos os imigrantes que se disponibilizaram a responder aos questionários e empresas que colaboraram com a distribuição dos mesmos ou com a partilha de informação.

Aos meus amigos e família, que sempre me apoiaram nesta caminhada, em particular aos que conhecem esta realidade pela convivência de perto com a mesma e perceberam a relevância do tema desde o início, proporcionando momentos únicos de debate.

Resumo

Portugal é, segundo avaliações internacionais como o MIPEX, um dos países com melhores políticas de integração de imigrantes. No entanto, o setor agrícola, cada vez mais dependente de mão-de-obra estrangeira, conta com particularidades que dificultam a integração dos trabalhadores agrícolas imigrantes. Neste estudo procuramos avaliar o nível de integração dos trabalhadores agrícolas imigrantes na Região Oeste, umas das regiões com maior produção agrícola.

Para tal foram realizados inquéritos a uma amostra de 70 trabalhadores e entrevistas a três entidades chave, de modo a verificar se existe uma divergência entre o quadro legislativo e as políticas de integração e a aplicação destas na realidade. Foi também dada especial atenção à cobertura mediática do início do ano de 2021, que mostrou as condições precárias em que vivem e trabalham estes migrantes, agravadas pela pandemia da Covid-19. Os resultados desta pesquisa permitiram fundamentar a urgência de olhar para as especificidades deste setor e desenhar políticas e estratégias que se adequem às necessidades dos trabalhadores imigrantes no setor agrícola.

Palavras-chave: imigração; políticas de integração de imigrantes; agricultura

Abstract

According to international rankings such as MIPEX, Portugal is one of the countries with the best immigrant integration policies. However, the agricultural sector, increasingly dependent on the foreign workforce, has features that hamper the integration of immigrant workers in agriculture. In this study, we seek to assess the integration level of the immigrant workers in agriculture in the Western Region of Portugal, one of the regions with the highest agricultural production.

For this purpose, surveys were conducted on a sample of 70 workers and three key entities were interviewed, to verify whether there is a divergence between the legislative framework and integration policies and their application. Special attention was also given to media coverage of the beginning of 2021, which showed the precarious conditions in which these migrants live and work, aggravated by the Covid-19 pandemic. The results of this research made it possible to substantiate the urgency of looking at the specificities of this sector and designing policies and strategies that suit the needs of immigrant workers in the agricultural sector.

Keywords: immigration; immigrant integration policies; agriculture

Índice

Introdução	1
Motivação	2
1. Enquadramento teórico e metodológico	3
1.1. Políticas de Integração	3
1.2. Dimensões da Integração	4
1.3. Metodologia	6
2. Enquadramento	9
2.1. A imigração no setor agrícola	9
2.2. O que difere a imigração no setor agrícola de outros setores de atividade.....	12
2.3. Fatores que contribuem para a atração de imigrantes para o setor agrícola.....	14
3. O setor agrícola e a imigração na região Oeste	15
3.1. O estado do setor agrícola em Portugal.....	15
3.2. A relevância do setor agrícola na região Oeste.....	16
3.3. Breve caracterização da imigração em Portugal e na agricultura.....	17
4. Políticas Públicas para a Integração de Imigrantes	21
4.1. A evolução das políticas de regulação e integração de imigrantes.....	21
4.2. Posicionamento de Portugal nos indicadores de integração internacionais.....	23
4.3. Integração de Imigrantes na Região Oeste.....	25
5. Análise e interpretação dos resultados	29
5.1. Caracterização sociodemográfica da amostra.....	29
5.2. Mercado de Trabalho.....	31
5.3. Condições de Habitação.....	32
5.4. Educação / Língua Portuguesa.....	34
5.5. Saúde.....	35
5.6. Antidiscriminação.....	36
5.7. Perspetivas de Futuro.....	36
Conclusões.....	39
Referências Bibliográficas.....	43
Anexos.....	47
Anexo A. Questionário aplicado aos trabalhadores.....	47
Anexo B. Variação da população estrangeira com estatuto legal de residente, NUT III Oeste....	50
Anexo C. Análise dos questionários: tabelas e representações gráficas.....	51

Introdução

No ano da elaboração da presente dissertação, assistimos ao mediatismo da problemática sobre a qual nos debruçamos, motivada pelos surtos do novo coronavírus COVID-19 entre trabalhadores agrícolas. A epidemia veio trazer luz a um problema de alta precariedade entre migrantes no setor, sobrelotação e insalubridade nas suas habitações e, em alguns casos, exploração e tráfico humano. Porém, a problemática é há muito verificada, temporalmente e geograficamente.

O fenómeno da imigração no setor agrícola, como refletido adiante, estende-se aos Países Desenvolvidos com grandes extensões de explorações agrícolas intensivas, de alto rendimento comercial, em que a população local não é suficiente ou não está disposta a suprir as necessidades do setor. Em Portugal, embora exista uma grande concentração de imigrantes agrícolas no Alentejo Litoral, a problemática verifica-se em várias partes do território.

A imigração em zonas rurais, apesar de representar uma pequena porção da imigração total comparada com a imigração urbana, constitui o pilar de diversas atividades com alta procura de mão-de-obra, principalmente de carácter temporário. No entanto, tende a apresentar fracos níveis de integração dos trabalhadores devido essencialmente a três fatores: primeiro, a natureza temporária e por vezes irregular do trabalho dos imigrantes, o que dificulta a sua quantificação e intervenção das autoridades. Segundo, as especificidades territoriais, ou seja, à distância em relação a recursos tais como redes de transporte, habitação, serviços de saúde, educação ou cultura. Por último, a dificuldade em que os serviços locais poderão ter na resposta a elevados números de imigrantes, dado que a nível local os recursos são menores.

Apesar de aqui serem expostas as condições dos trabalhadores agrícolas e as suas dificuldades de integração, sublinhe-se que o exposto se aplica a mais segmentos da imigração rural, tais como as empresas do setor agroalimentar, como a transformação alimentar ou o setor da pecuária, mais concretamente os matadouros. Tais atividades são igualmente sustentadas pela mão-de-obra imigrante, sem a qual não poderiam continuar a sua atividade, nem substituir o seu papel na cadeia de produção por processos mecanizados.

A presente exposição visa analisar a integração dos imigrantes trabalhadores no setor agrícola, particularmente na região Oeste, que como exposto adiante, conta com um setor agrícola altamente produtivo, sustentado cada vez mais por mão-de-obra estrangeira. Apesar do recente mediatismo da questão, é ainda um fenómeno com fraca atenção, especialmente nesta região que, ao contrário de regiões como o Litoral Alentejano, conta com uma maior densidade populacional e com uma economia diversificada em que o setor agrícola não constitui a principal atividade. Assim, procura-se responder à questão:

“Qual o nível de integração dos imigrantes que trabalham no setor agrícola na Região Oeste?”

Dados e avaliações produzidas por entidades como a OCDE (2018) ou pelo MIPLEX (2020) revelam que Portugal conta com um dos mais avançados quadros migratórios, com políticas de integração consideradas exemplares ao nível internacional. Assim, o objetivo é avaliar se tal quadro de políticas se revela eficaz na integração e perceber os desafios desta comunidade e região em particular.

Motivação

Crescer num meio rural, junto a explorações agrícolas com alto rendimento comercial, permitiu-me ter um conhecimento próximo desta realidade. Se para os habitantes destas zonas, a chegada e partida de novos trabalhadores migrantes é já uma dinâmica a que estão habituados, importa refletir sobre o porquê da sua vinda, o porquê das diferentes vagas ao longo dos anos, as suas ambições e as condições que têm ao seu dispor. Eu própria me conformei com tal realidade, sabendo que não existem trabalhadores locais para suprir as necessidades de um setor que por muito mecanizado que se torne, necessitará sempre de um grande volume de mão-de-obra. No entanto, tal realidade tem tomado diferentes proporções.

As primeiras recordações que tenho deste fenómeno são a chegada de cidadãos oriundos da Europa de Leste, gerando um sentimento de desconfiança no seio da população, mas vistos como necessários no trabalho agrícola, depois, a vaga de cidadãos brasileiros que chegavam para trabalhar nas explorações ainda bastante precárias e pouco mecanizadas. Agora, basta olhar para os trabalhadores que fazem o seu caminho até às explorações agrícolas, a sua maioria de bicicleta, ou nos grupos que se juntam no final do dia nos parques ou no supermercado, para entender que a vasta maioria dos trabalhadores agrícolas são de origem asiática. E basta também fazer alguns quilómetros nas estradas da região para perceber o grande volume de produtos que aqui se produz e exporta, e o quanto o setor cresceu nos últimos anos.

Por muito benéfico que seja o crescimento económico deste setor e a chegada de imigrantes dispostos a suprir as necessidades de mão-de-obra num setor cada vez mais rejeitado pela população local e principalmente pelos jovens, é necessário que tal crescimento seja acompanhado por condições que favoreçam a integração e fixação de tais migrantes. Se neste momento são estes trabalhadores que sustentam o setor, importa refletir sobre as condições que têm ao seu dispor para elegerem Portugal e esta atividade para se fixarem.

1. Enquadramento teórico e metodológico

1.1. Políticas de integração

Ao discutir o conceito de integração, talvez o adjetivo mais consensual seja o de multidimensionalidade, estando inerente ao conceito a ideia de que a integração se faz através da conjugação de múltiplas dimensões. Tais dimensões e indicadores têm um carácter compósito, ou seja, os níveis de integração podem variar de indicador para indicador e a medição da integração faz-se através de análise e conjugação de cada um dos indicadores. Desta forma, o conceito de integração dificilmente pode ser analisado de forma unilateral, uma vez que, por exemplo, um Estado pode apresentar bons resultados em certas áreas e piores resultados noutras (Oliveira, 2019).

A integração é também *“um processo de duplo sentido, que requer a adaptação do imigrante, mas também das instituições e da sociedade em geral do país de acolhimento”* e deve ser vista como um processo e não como um estado a atingir (Papademetriou, 2007). A última ideia alerta para que a integração é um processo potencialmente reversível, podendo ser influenciada negativamente por contextos políticos extremistas, crises económicas ou outros eventos que coloquem os imigrantes numa posição vulnerável relativamente aos nacionais.

Igualmente importante é o carácter necessariamente contextual das políticas de integração, variando segundo diferentes ideologias e modelos práticos (Papademetriou, 2007). Um estudo conduzido por Hans Vermeulen em 1997 conclui, através de uma análise comparativa entre cinco países europeus, que *“o conteúdo efetivo das políticas de integração depende, ou é inspirado, pelo quadro institucional preexistente nos diferentes países: os países que tiveram tradicionalmente de lidar com a questão do reconhecimento de diferentes línguas (ou religiões) no interior do seu território têm em geral maior facilidade em proceder a adaptações motivadas pela chegada de imigrantes”* (Papademetriou, 2007; Vermeulen, 1997). Este conceito pode ser aplicado não só a nível nacional como local, sendo exatamente a nível local que as políticas de integração se fazem sentir e onde ocorrem as interações entre imigrantes e comunidade de acolhimento. Por esta razão é fundamental a dotação dos governos e instituições locais de ferramentas para a implementação de estratégias sustentáveis de integração, para além dos recursos e enquadramento legal fornecidos pelas autoridades nacionais.

Por fim, importa distinguir as duas dimensões da política migratória: as políticas de integração e as políticas de imigração ou o controlo de fluxos migratórios, ou seja, o controlo de fronteiras, regime de entrada, permanência e saída, entre outros. Favell (1999) refere que as políticas de integração assumem uma ideia de permanência, sendo uma consequência da imigração. Assim, geralmente a

política migratória segue a sequência lógica em que primeiro se aplicam as políticas de regulação da imigração e em segundo as políticas de integração. No entanto este é um processo complexo, vulnerável a contextos e motivações políticas e ideológicas, necessidades específicas ou questões humanitárias (Padilla & França, 2016).

1.2. Dimensões da Integração

Como um processo multidimensional, a integração desdobra-se em múltiplas áreas. De modo a analisar a integração da população em estudo, serão consideradas como fonte principal, as dimensões utilizadas pelo MIPEX (2020) na avaliação das políticas de integração: acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, educação, saúde, participação política, residência de longa duração, aquisição de nacionalidade e antidiscriminação. De notar que nem todas as categorias serão alvo de avaliação, tais como o reagrupamento familiar, participação política ou aquisição de nacionalidade. O objetivo será avaliar a integração de uma população que tem como motivo de imigração o exercício de atividade profissional subordinada, num setor que é muitas vezes caracterizado como uma espécie de “porta giratória” para os migrantes, tornando-se para alguns uma atividade temporária entre a transição para outro setor económico ou para outro país estrangeiro.

Segundo dados do MIPEX, a evidência mostra que o acesso ao mercado de trabalho depende maioritariamente das competências dos imigrantes e da conjuntura económica e social. As políticas de acesso e mobilidade no mercado de trabalho são efetivas na integração, na medida em que promovem a aprendizagem de novas competências e a aceitação por parte da sociedade. Ao ajudarem na formação da opinião pública, políticas laborais inclusivas são uma alavanca para que a imigração seja vista como uma oportunidade económica ao invés de uma ameaça. Nesta dimensão avaliam-se aspetos como o acesso total ou parcial ao mercado de trabalho, formação, assistência e segurança social, acesso a medidas específicas de emprego ou à eventual distinção de direitos entre imigrantes detentores de residência temporária ou permanente (Solano, Giacomo & Huddleston, Thomas, 2020).

Na dimensão da saúde, a evidência mostra que a abordagem geral dos Estados face à imigração tem um impacto determinante na saúde mental e física dos imigrantes. Nesta área, o PIB per capita também está ligado ao acesso à saúde, sendo que países que têm maior dificuldade em providenciar cuidados de saúde para cidadãos nacionais mostram-se mais relutantes em adaptar os serviços em torno das necessidades dos imigrantes (Solano, Giacomo & Huddleston, Thomas, 2020). Neste aspeto, o Plano de Ação sobre a Integração dos Nacionais de Países Terceiros na União Europeia mostra que *“problemas de saúde e a falta de acesso a serviços de saúde podem constituir um obstáculo fundamental e permanente à integração, com impacto em quase todas as áreas da vida, e influenciam*

a capacidade para entrar no mercado de trabalho e no sistema de ensino, aprender a língua e interagir com as instituições públicas” (citado por Oliveira, 2019, pág. 240).

Na dimensão da educação, prestar-se-á atenção não às condições do sistema de ensino para os filhos dos imigrantes, ou seja, à segunda geração, mas ao acesso a formação e educação para adultos, mais especificamente à aprendizagem da língua portuguesa por parte da primeira geração de imigrantes. Considerado um dos aspetos fundamentais no processo de integração, *“mais de 90% dos inquiridos no Immigrant Citizens Survey (Huddleston & Tjaden, 2012) defenderam que os cursos de aprendizagem da língua do país onde se encontram tiveram um efeito muito positivo na sua integração”* nomeadamente na envolvimento com a comunidade local e no trabalho (Oliveira, 2019, pág. 138). A língua desempenha um papel na determinação dos *outcomes* socioeconómicos e está correlacionada com características invisíveis às estatísticas como as motivações, capacidades inatas, recursos financeiros e culturais, assim como aos fatores contextuais no país de acolhimento, como a disponibilização e qualidade dos cursos de línguas e com a convivência com cidadãos locais (Zorlu & Hartog, 2018). Num estudo conduzido na Holanda sobre o papel do conhecimento da língua na integração, concluiu-se que o conhecimento da língua pelos imigrantes aumenta a probabilidade de emprego em 30% e eleva o índice de rendimento familiar em 1 ponto, numa escala de 1 a 8 (Zorlu & Hartog, 2018). Nos efeitos ao nível da integração social, conclui que o conhecimento da língua aumenta em cerca de 50% o sentimento de pertença ao país de acolhimento.

Relativamente às políticas antidiscriminação, a evidência mostra que sob um quadro robusto de políticas de combate à discriminação, os imigrantes tendem a possuir uma maior confiança no sistema legal e forças de segurança, assim como na sociedade e no sistema democrático do país de acolhimento. Cidadãos com maior informação sobre os seus direitos estão assim mais dispostos a reportar situações de discriminação (Solano, Giacomo & Huddleston, Thomas, 2020).

Existem, além das descritas, múltiplas abordagens face às várias dimensões que constituem a integração, sendo exemplos a Declaração de Zaragoza em 2010 que distingue quatro dimensões – emprego, educação, inclusão social e cidadania ativa. Existem ainda outros indicadores definidos pela OCDE (2018) que incluem além das dimensões indicadas pelo MIPEX e pela Declaração de Zaragoza, fatores como a pobreza relativa ou as condições de habitação. Será dado especial foco à habitação porque que se considera uma dimensão fundamental no estudo da integração desta população. O relatório Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal sublinha que *“Apesar das evidências que revelam condições de alojamento mais difíceis para os grupos de imigrantes, em comparação com a população nacional, a questão da habitação nunca foi matéria prioritária no contexto das políticas de integração”* (Malheiros et al., 2011). No contexto de pandemia, ficou claro que as condições de habitação estão interligadas com a saúde, tendo inclusivamente sido referido pelo primeiro-ministro António Costa, relativamente às condições encontradas em Odemira:

“alguma população vive em situações de insalubridade habitacional inadmissível, com hipersobrelotação das habitações”, relatando situações de *“risco enorme para a saúde pública, para além de uma violação gritante dos direitos humanos”* (Agência Lusa, 2021, abril). O mesmo problema ficou claro na região Oeste, quando grupos de migrantes infetados tiveram de ser realojados em hotéis e pavilhões por não disporem de condições para isolamento profilático em suas casas (Agência Lusa, 2021, maio).

Comum a todas as abordagens é a ideia de que estas dimensões são interdependentes, em que o fracasso numa dimensão poderá comprometer o progresso de outras e a concordância de que devem ser analisadas à luz do contexto e da composição da população imigrante.

1.3. Metodologia

O presente estudo parte da proposição de que Portugal tem um quadro migratório aberto, com avançadas políticas de integração consideradas exemplares a nível internacional, ideia suportada por diversas avaliações positivas (MIPEX, 2020; OCDE, 2018). Parte também do conhecimento de que a imigração rural enfrenta desafios distintos da imigração urbana, em particular o setor agrícola, em que fatores como a sazonalidade, o isolamento, a escassez de opções de alojamento, os salários baixos ou a grande exigência física e horária da atividade pesam nas condições de vida dos imigrantes (Martin, 2016; Ruhs & Anderson, 2010).

De modo a perceber o enquadramento desta problemática, proceder-se-á inicialmente a uma revisão da literatura, analisando a imigração na agricultura e as tendências internacionais. Serão também explorados os fatores que distinguem a imigração na agricultura da imigração noutros setores, os fatores que explicam a atração de migrantes para a atividade, assim como o setor e os padrões de imigração na Região Oeste. Por último, será elaborado um enquadramento sobre as políticas de integração.

A fim de traçar um perfil dos imigrantes que trabalham no setor e na região e perceber o seu nível de integração, aplicaram-se questionários a uma amostra de imigrantes, sendo estes considerados a principal fonte de informação. Adicionalmente, foram inquiridos três atores chave: a Autoridade para as Condições de Trabalho (Centro Local Oeste), o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Torres Vedras e a Junta da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, freguesia em que reside o maior número de imigrantes agrícolas da região. Dado também o grande mediatismo da questão em análise na primeira metade de 2021, serão também utilizadas notícias e reportagens. Por fim, recorrer-se-á a dados estatísticos e a relatórios produzidos pelo Observatório das Migrações.

A decisão de aplicar questionários aos trabalhadores imigrantes foi tomada com a consciência de que traria algumas dificuldades, entre as quais a barreira linguística, o receio que a generalidade dos

imigrantes têm de responder a pergunta de terceiros, o medo de represálias por parte dos empregadores ou a percepção diferente que têm da realidade (por exemplo, o que para a realidade portuguesa poderá ser uma habitação sem condições dignas, para um imigrante poderá ser uma habitação satisfatória em comparação com o que tinha no seu país de origem). Assim tomou-se a decisão de que os questionários seriam distribuídos por via das empresas, em papel, de modo que os trabalhadores tivessem o conhecimento de que as respostas estavam autorizadas pela entidade empregadora. Contudo, sabe-se que esta forma de distribuição pode ter influenciado as respostas, dado que os empregadores tinham acesso a estas, se assim o desejassem. Foi também a decisão tomada devido à situação pandémica. Tomou-se ainda o cuidado de tornar a linguagem o mais simples e intuitiva possível e com hipóteses de resposta igualmente simples. Os questionários foram traduzidos para inglês, russo e tailandês¹.

De notar que nem todas as empresas abordadas aceitaram a distribuição dos questionários. A aceitação ou não, pode ser por si só um indicador da abordagem das empresas face aos imigrantes e à integração destes. Uma empresa rejeitou a distribuição de questionários, alegando que *“a altura não era a mais indicada para a distribuição dos mesmos pelos funcionários”*. Da mesma empresa tomei conhecimento de que havia em curso uma larga manifestação de preocupação por parte dos trabalhadores devido ao grande atraso de pagamento de salários. Outra das empresas aceitou a distribuição dos questionários, porém, quando questionados sobre o curso dos mesmos cerca de três semanas depois, foi-me referido que devido ao facto do período em que se encontravam ser de colheita, os trabalhadores apenas *“tinham meia hora de almoço”*. Sendo esse o horário em que iriam distribuir os questionários, decidiram que não iriam pedir o preenchimento dos mesmos nesse período de maior carga de trabalho. Noutra tentativa de contacto não obtive resposta, pelo que depreendi que a empresa não estava recetiva à proposta. De salientar que são duas das maiores empregadoras de trabalhadores imigrantes.

Apenas uma empresa autorizou que os questionários fossem recolhidos por mim, entrevistando diretamente os trabalhadores na sua hora de almoço. Esta recolha foi bastante produtiva, dado que houve a oportunidade de conversar com os imigrantes, além das perguntas dos questionários. Foram recolhidos na totalidade 70 questionários válidos.

No final, procurar-se-á responder à questão de partida classificando as várias dimensões e a integração no geral através de uma escala com os seguintes níveis: insuficiente, suficiente, bom e muito bom. As diferentes classificações têm em consideração os dados empíricos recolhidos através

¹ Analisando as nacionalidades predominantes, tomou-se a decisão de traduzir para russo de modo a abranger cidadãos do Leste da Europa, para tailandês, pois no geral estes cidadãos não falam inglês ou português, e para inglês, tendo-se conhecimento de que os cidadãos indianos ou nepaleses têm um bom conhecimento da língua inglesa.

dos inquéritos, assim como a informação recolhida através das entrevistas, de meios de comunicação e de dados estatísticos. Ter-se-á igualmente em consideração o proposto nos planos locais de integração, neste caso o de Torres Vedras. A classificação de “insuficiente” significa, portanto que os objetivos propostos não estão a ser cumpridos e que os dados empíricos demonstram claras insuficiências, enquanto “muito bom” significa que os objetivos estão a ser cumpridos e que não foram encontrados apontamentos negativos nos dados empíricos. Por fim, com base na informação recolhida e analisada, procura-se refletir sobre recomendações que se consideram pertinentes.

2. Enquadramento

2.1. A imigração no setor agrícola

De acordo com dados do Banco Mundial, cerca de 27% da mão-de-obra mundial trabalhava no setor agrícola² em 2018³. Em 1991 a percentagem era de 44%, observando-se um declínio do emprego no setor agrícola. Apesar do visível declínio, a agricultura continua a principal fonte de emprego nos Países em Desenvolvimento, contrastando com o peso diminuto em Países Desenvolvidos, associado aos baixos níveis de produtividade nos primeiros e aos elevados níveis de produtividade nos últimos. Nos Países em Desenvolvimento, as altas taxas de emprego agrícola e baixos níveis de produtividade traduzem-se geralmente numa atividade principalmente de subsistência, sendo que, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, a maioria dos trabalhadores em situação de extrema pobreza encontra-se na agricultura (Sampaio, et al., 2017).

Em Países Desenvolvidos, onde a agricultura detém um peso diminuto nos números globais de emprego, o setor privilegia os processos cada vez mais mecanizados e uma produção intensiva. Produções de maior dimensão e mais intensivas conduzem a uma menor necessidade de trabalhadores permanentes e de mão-de-obra familiar, aumentando a importância dos trabalhadores contratados sazonalmente (Martin, 2016). O êxodo rural, observado nos séculos XVIII e XIX, e a deslocação dos trabalhadores rurais para a indústria e para os serviços no século XX, mostra que desde cedo o abandono das atividades agrícolas ditou o futuro deste setor, levando à produção em escala, à mecanização e à escassez de mão-de-obra (Martin, 2016). Para um setor onde a mão-de-obra familiar sempre teve um papel preponderante e onde os trabalhadores a tempo parcial⁴ têm mais expressividade comparativamente a outros setores dado a sazonalidade, irregularidade e a pequena dimensão de grande parte das explorações, a contratação de mão-de-obra afigura-se difícil. Também os salários pouco competitivos, a pouca atratividade do setor face à sua exigência a nível físico e *“as regras e procedimentos necessários para a interrupção temporária do pagamento a beneficiários de prestações sociais ou do subsídio de desemprego dificultam a prestação de trabalho eventual”*, impedindo os cidadãos nacionais que recebem apoios sociais aceitem trabalhos sazonais na agricultura (Sampaio et al., 2017).

Face a este problema, a imigração tornou-se uma das principais respostas à escassez de mão-de-obra no setor agrícola, especialmente em zonas em que a agricultura assume um peso económico

² De acordo com o Banco Mundial, o setor agrícola consiste nas atividades de agricultura, caça, pesca e floresta

³ Banco Mundial, acesso a 3/06/2021 em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS>

⁴ Trabalhadores para os quais a atividade agrícola não constitui a fonte total dos rendimentos

marcante. Se até ao final do século XX, uma das principais características da imigração era o seu carácter urbano, recentemente tem-se vindo a observar uma tendência para a deslocação de imigrantes para zonas rurais, especialmente na Europa (Jentsch & Simard, 2009). Entre 2011 e 2017, a percentagem de trabalhadores imigrantes na agricultura registou um aumento de 4.3% para 6.5% na União Europeia (Natale, Kalantaryan & Scipioni, et al., 2019), sendo exemplos deste fenómeno os países da Europa do Sul, que apesar de tradicionalmente países de emigração, tornaram-se também recetores de migrantes, particularmente na área agrícola. Países como Espanha e Itália atraem sobretudo trabalhadores oriundos de África, da Europa de Leste e mais recentemente do continente asiático, verificando-se também que um grande número de requerentes de asilo e refugiados encontram nos campos o seu meio de sobrevivência.

Em Itália, onde o setor agrícola emprega mais imigrantes que qualquer outro setor, chegando a atingir os 60% do total da mão-de-obra sazonal, o recrutamento é frequentemente realizado através da intermediação informal⁵ por migrantes já instalados ou por agências temporárias. Os trabalhadores são pagos pela quantidade colhida, o que provoca uma excessiva carga de trabalho, horas extraordinárias, elevada pressão e salários irregulares (Corrado, 2017). Falhas no sistema de recrutamento público, a inexistência de políticas que cubram os trabalhadores sazonais, a falta de organização e alta liberalização nas cadeias de abastecimento, pressionadas pelos revendedores, são apontadas como impulsionadoras da utilização de trabalho de imigrantes, muitas vezes sob condições de exploração (Perrotta, 2015).

Em regiões como a Calábria, grande percentagem dos trabalhadores temporários são provenientes da África Subsariana, frequentemente com estatuto de requerentes de asilo ou proteção internacional temporária, que vivem em estruturas abandonadas ou campos temporários, com condições precárias (Corrado, 2017). Nos últimos anos, tem-se assistido a uma vaga de imigração proveniente da Europa de Leste que tem vindo a sobrepor-se à vaga da África Subsariana, com trabalhadores dispostos a aceitar salários mais baixos, sendo estes também favorecidos pelos empregadores, que evitam a prossecução por crime de auxílio à imigração ilegal (Corrado, 2017). Mais recentemente, em particular na última década, assiste-se também a um aumento significativo de imigrantes asiáticos, suplantando o número de imigrantes provenientes do continente africano (Natale et al., 2019).

Espanha, um dos maiores produtores de citrinos, morangos e hortícolas, em particular o tomate, conta com a mão-de-obra imigrante mais diversificada dos países industrializados. A maioria provém

⁵ Denominados por *caporalato* ou *agromafie* no Sul de Itália, criminalizados pela lei 199/2016, atuam como uma das principais formas de recrutamento agrícola nesta região, detendo o monopólio da contratação e também de serviços como a habitação. O recrutamento por esta via potencializa a segregação destes trabalhadores dado este é realizado tendo em conta os critérios raciais e de género, em que os trabalhadores africanos podem receber entre 20 e 25€ e os italianos 40€ (Corrado, 2017).

da Europa de Leste, seguida pelos imigrantes do Norte de África e América Latina (Martin, 2016). Assim como em Itália, é verificada em Espanha a prática do *caporalato*, em que tanto o recrutamento como a habitação ou transporte são controlados por organizações informais. Igualmente semelhante ao verificado em Itália é a segregação dos trabalhadores estrangeiros, não apenas em relação ao local de residência, mas também em relação à remuneração, sendo que os imigrantes de Países em Desenvolvimento correm um maior risco de pobreza extrema relativamente aos nacionais, contando com uma diferença de 27.8 pontos percentuais em relação aos nacionais espanhóis, a terceira mais elevada da União Europeia (Natale et al., 2019). Na região de Almeria, é constatado pelas associações sindicalistas que são poucos os empresários que pagam aos trabalhadores estrangeiros o definido pelo “*Convenio Colectivo Provincial de Trabajo en el Campo para la Provincia de Almería*”, pagando cerca de 25 a 35€ diários, quando o estipulado seriam 46,72€ por dia (Olsmos, Corrado & Caruso, 2018).

Na Europa do Sul, apesar do papel preponderante dos imigrantes na agricultura, o modelo de recrutamento, nomeadamente a utilização de mão-de-obra ilegal, falhas na regularização ou as condições precárias contribuem para a criação de um modelo de produção que inibe a integração dos “imigrantes mais antigos e regularizados” e consequentemente com maior experiência, substituindo-os por novos migrantes, muitas das vezes ilegais (Jentsch & Simard, 2009). O modelo de recrutamento, frequentemente dominado por via de agências de trabalho temporário ou de intermediários informais e o período de trabalho temporalmente reduzido, limita a interação entre empregador e trabalhador, impedindo o empregador de conseguir promover os trabalhadores com maior potencial (Philips, 2016). Por conseguinte, impede a ação coletiva dos migrantes com mais experiência em favor de salários mais elevados e melhores condições de trabalho, dificultando a sua valorização.

Assim como na Europa do Sul, também nos Estados Unidos encontramos exemplos do fenómeno da imigração no setor agrícola, sendo o mais evidente o caso da Califórnia, onde se estima que cerca de 90% da mão-de-obra tenha nascido fora dos EUA (Ruhs & Anderson, 2010). O setor tem vindo a registar no último século uma enorme prosperidade e evolução, especialmente a nível da mecanização, embora a agricultura familiar tenha ainda um peso relevante. No entanto, apenas 10% das maiores empresas produtoras de frutas, vegetais e hortícolas são responsáveis por 75% de todas as vendas e contratações (Martin, Fix & Taylor, 2006).

Apesar de existirem programas com vista a suprir a escassez de mão-de-obra sazonal como o H-2A, 48%⁶ dos trabalhadores agrícolas contratados são imigrantes sem autorização legal para trabalhar nos Estados Unidos. O programa permite que os empregadores façam antecipadamente uma previsão da mão-de-obra temporária de que irão necessitar, obtendo uma permissão para empregar imigrantes

⁶ Dados referentes a 2014-2016, a partir do inquérito do Departamento do Trabalho “*National Agricultural Workers Survey*”

temporariamente, com a condição de que não existem trabalhadores locais suficientes dispostos e qualificados para a função e que os salários dos trabalhadores atuais não serão afetados com a entrada de trabalhadores imigrantes (Martin, 2016). Por um lado, o programa garante que os trabalhadores não incorrem em dívidas uma vez que as despesas de transporte são asseguradas pelo empregador, permite-lhes associarem-se a sindicatos e prevê a existência de bônus de produtividade. Por outro lado, pode levar a que os elevados padrões de produtividade estabelecidos possam ser progressivamente apenas satisfeitos por trabalhadores imigrantes.

Além dos casos enumerados, outros poderiam ser exemplo do fenómeno da imigração no setor agrícola, tais como a Dinamarca, o Reino Unido, o Canadá ou a Suécia. Em todos os casos, em maior ou menor escala, encontram-se exemplos do que foi relatado nos exemplos anteriores: a precariedade, a falta de regulação e a dificuldade dos governos em fazer face a um fenómeno difícil de contabilizar e de controlar.

2.2. O que difere a imigração no setor agrícola de outros setores de atividade

A agricultura insere-se no conjunto de atividades tradicionalmente determinantes para os fluxos migratórios: construção, turismo e serviços domésticos (Ruhs & Anderson, 2010). Existe, no entanto, uma característica fundamental que distingue o setor agrícola das demais: a sua sazonalidade. Nas produções onde a mecanização permite que as colheitas possam ser realizadas sem ou com um reduzido recurso a mão-de-obra, este obstáculo é ultrapassado. Porém nas produções onde a mão-de-obra continua a não poder ser substituída, como o caso da horticultura ou pequenos frutos, esta constitui um desafio cada vez maior aos produtores dada a escassez de mão-de-obra local. Em atividades como a construção ou serviços domésticos, onde igualmente se praticam salários baixos e condições pouco atrativas, os trabalhadores não são confrontados com picos de produção ou com períodos de paragem.

A escassez de mão-de-obra é agravada por um conjunto de fatores associados ao setor, para além da sazonalidade. Entre eles encontramos a desertificação das zonas rurais, a emancipação feminina, que levou as mulheres a encontrar oportunidades fora da agricultura familiar, o crescente nível de escolaridade que afasta os jovens de atividades menos qualificadas, o caráter exigente a nível físico do trabalho e a associação frequente do trabalho agrícola a um estatuto social secundário (Natale et al., 2019). Se no passado o trabalho agrícola era comparado relativamente a outras atividades a nível local, atualmente é comparado a nível nacional e até internacional, devido à perda das hierarquias sociais a nível local (Ruhs & Anderson, 2010). E, como referem Andrew Geddes e Sam Scott (2010, p.207) tomando o Reino Unido como exemplo, *“mesmo quando existem britânicos desempregados, é difícil para os mesmos aceitarem trabalhos temporários e sazonais”*, acrescentando que *“geograficamente,*

a população não ativa tende a localizar-se em zonas urbanas mais pobres, longe dos empregadores agrícolas (...) além de que muitos dos desempregados terão despesas fixas e compromissos, pelo que renunciar aos benefícios sociais a favor de um trabalho irregular e temporário é considerado um risco”.

À inevitabilidade da recorrência à mão-de-obra sazonal, tarefa exigente para os produtores e recrutadores, acresce “o quadro normativo relativo ao trabalho rural assalariado ou dependente que é constituído por uma regulamentação legal geral, manifestamente não virada para as especificidades próprias deste setor, e por um instrumento genérico de regulamentação coletiva de natureza administrativa, esse sim específico mas com quase 40 anos de vigência, a que crescem as poucas convenções coletivas de trabalho e Portarias de Extensão” (Sampaio et al., 2017, p. 52). Associado ao quadro normativo geral e pouco ajustado às especificidades do setor, encontramos ainda uma população agrícola envelhecida, com um baixo nível de escolaridade e conseqüentemente com poucos recursos e capacidade logística para dominar os instrumentos formais de recrutamento. Desta forma, parte dos produtores prefere recorrer a mão-de-obra através de mecanismos informais ou a entidades terceiras que processam o recrutamento, sob condições que muitas das vezes os próprios produtores desconhecem. Nestes casos, os trabalhadores, em particular os trabalhadores estrangeiros, ficam expostos a condições de grande vulnerabilidade, sem qualquer proteção laboral ou social.

Característica associada ao setor agrícola não menos importante que a sazonalidade é a ruralidade. Em 2019, cerca de metade (48,4%) dos imigrantes estava concentrada em apenas 10 municípios, a maioria na zona metropolitana de Lisboa, “onde os imigrantes percecionam mais oportunidades de emprego e mais rápida inserção no mercado de trabalho, e por isso onde se consolidam redes sociais de interajuda mais fortes” (Oliveira, 2020, p. 64). É ainda nos centros urbanos que existe uma maior rede de transportes, de serviços, habitação e de atividades que promovem a inserção dos imigrantes, tais como atividades culturais ou estabelecimentos de ensino de línguas. Afastada das zonas urbanas, a imigração no setor agrícola lida com diferentes necessidades e desafios, alguns percecionados como oportunidades, outros como problemas. Apesar da maior oferta e diversidade a nível laboral, os imigrantes residentes em zonas metropolitanas estão também expostos a um custo de vida mais elevado, elevados níveis de desemprego e segregação, uma vez que tendem a concentrar-se em zonas periféricas com elevados índices de pobreza (Jentsch & Simard, 2009). Por outro lado, as zonas rurais tendem a beneficiar da chegada de imigrantes, que contribui para a revitalização de zonas desertificadas e envelhecidas. Assim, ao contrário da generalidade dos setores de atividade que se encontram essencialmente presentes em zonas urbanas, a atividade agrícola diferencia-se pelo seu caráter rural e isolado.

2.3. Fatores que contribuem para a atração de imigrantes para a agricultura

Atendendo ao exposto anteriormente, percebemos que o trabalho agrícola é considerado pouco atrativo e que um dos maiores desafios do setor é a perda de mão-de-obra, importando assim refletir sobre os aspetos que contribuem para a atração de imigrantes para a agricultura.

Sam Scott, Ashley McCormick e Maja Zaloznik (2008) apontam três fatores essenciais que explicam a atração de imigrantes para o setor agrícola. O primeiro aponta para que os imigrantes por norma aceitam remunerações e condições relativamente fracas se existir a possibilidade de transferir remessas para o seu país de origem, dependendo das taxas de câmbio e custo de vida. O segundo indica que os imigrantes tendem a aceitar remunerações e condições de trabalho relativamente fracas se interpretarem tal estatuto como temporário ou como ponto de passagem para outra atividade económica. O terceiro fator indica que os migrantes tendem a aceitar este tipo de trabalhos por não disporem de outra alternativa, especialmente no caso de migrantes irregulares.

Outros aspetos podem ser enumerados, tal como o facto de consistir num trabalho imediato e sem necessidade de qualificações ou, no caso de o recrutamento ser efetuado por via de outros imigrantes já estabelecidos no país e setor, o sentimento de entreajuda e de segurança, visto que são recrutados por concidadãos. Outro aspeto poderá ser o eventual pagamento por quantidade colhida ou pagamento de horas extra, que constitui um incentivo para os trabalhadores que estarão dispostos a trabalhar além do horário de trabalho estipulado com vista a obterem maiores rendimentos.

A atratividade do setor é exemplificada em *"Thai Berry Pickers in Sweden – A migration corridor to a low-wage sector"* (Hedberg, Axelsson & Abella, 2019), que analisa a vaga de imigrantes provenientes da Tailândia para a colheita de frutos silvestres nos bosques suecos. Segundo os autores, cerca de 5000 trabalhadores deslocam-se todos os anos para a Suécia, pagando cerca de 3000 euros para um período de 70 dias. Em média são necessários 1,6 meses para cobrir os custos, restando um período limitado para gerar rendimentos adicionais. No entanto, o que um trabalhador consegue obter neste curto período é em média três vezes superior ao que normalmente auferiria no seu país, podendo chegar a rendimentos doze vezes superiores. Relativamente ao recrutamento, este é feito essencialmente através da rede de contactos dos imigrantes, sendo que é reportado pelos empresários que é dada preferência aos trabalhadores tailandeses devido à sua capacidade de trabalhar em grupo e grande resiliência⁷. Porém, o que é considerado uma oportunidade pelos trabalhadores, pode traduzir-se também em situações de abuso e exploração, com os produtores a pagarem abaixo do salário estipulado no contrato. Noutras situações, os trabalhadores apenas conseguem os rendimentos prometidos se trabalharem horas extraordinárias, levando a situações de exaustão.

⁷ Segundo o documentário *"Dream Job or Rip Off? Thai berry pickers in Sweden"* pela Deutsche Welle

3. O setor agrícola e a imigração na região Oeste

3.1. O estado do setor agrícola em Portugal

O setor agrícola em Portugal caracteriza-se pela perda de mão-de-obra agrícola, o seu envelhecimento e baixas qualificações, pela predominância das explorações agrícolas geridas por produtores singulares e consequente baixa empresarialização. Destaca-se por outro lado pelo aumento da dimensão das explorações nos últimos anos, pela crescente modernização, pela redução do trabalho familiar contrastando com o aumento da contratação de trabalhadores assalariados, que representam 29% do total de trabalhadores, e pela pluriatividade e diversidade das fontes de rendimentos dos produtores, com apenas 13% dos produtores a trabalharem a tempo inteiro nas suas explorações segundo dados do Recenseamento Agrícola de 2019.

Relativamente ao perfil do produtor agrícola singular português, o Recenseamento Agrícola de 2019 sumariza: “são maioritariamente homens (67%), têm em média 62 anos, 46% só concluíram o primeiro nível do ensino básico e 53% têm formação agrícola exclusivamente prática. O agregado familiar do produtor é constituído em média por 2 pessoas, sendo que em 59% destes agregados existem beneficiários de pensões e reformas”.

Em termos regionais, o emprego no setor primário tem maior importância nas regiões do Douro, Trás-os-Montes, Oeste e Alto Tâmega, notando-se um decréscimo a nível evolutivo exceto nas NUT III Alto Tâmega (4,7%), Região de Aveiro (3,5%), Baixo Alentejo (2,4%), Área Metropolitana de Lisboa (1%) e Alentejo Litoral (0,2%) (Sampaio et al., 2017). A nível do volume de trabalho agrícola, este concentra-se as regiões Norte (43,4%) e Centro (36,3%).

Comparativamente aos restantes países da UE, apesar do decréscimo de 32,5% do peso do trabalho agrícola de 2000 a 2018⁸, a importância da agricultura no emprego em Portugal continua a ser uma das mais elevadas da EU, contando com um peso de 6,0% no total do emprego nacional, valor visivelmente acima da média europeia de 4,5%, segundo dados do Banco Mundial de 2018⁹.

⁸ De acordo com dados do Eurostat

⁹ Nota: Verifica-se que os dados sobre o emprego no setor agrícola variam de acordo com a entidade responsável pela estatística. Neste caso, apesar de se verificar que as percentagens apresentadas pelo Banco Mundial e pelo INE não correspondem totalmente, optou-se por usar as duas fontes, dado que a comparação a nível europeu só é possível através de dados de fontes internacionais e os dados referentes às NUT III apenas são possíveis através do INE.

3.2. A relevância do setor agrícola na região Oeste

De acordo com dados do INE, a região Oeste contava em 2011 com 9.497 pessoas empregadas no setor primário, correspondendo a 6,24% do total da população empregada, o que revela o peso significativo do setor agrícola nesta região. A região beneficia do seu posicionamento territorial central de Portugal Continental, da sua inserção no corredor entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e da fronteira com o Oceano Atlântico. O clima ameno e húmido, por influência atlântica, e grande luminosidade proporcionam as condições necessárias à produção de vários produtos, especialmente hortícolas, durante grande parte do ano.

O ciclone que atingiu a região em 2009, em particular Torres Vedras, um dos principais polos hortícolas, é considerado um momento determinante para a prosperidade a que se tem assistido nos últimos anos. António Gomes, presidente da Associação Interprofissional de Horticultura do Oeste¹⁰ refere *“As estufas foram reconstruídas com novas tecnologias, com mais áreas de produção e capacidade para o mercado de exportação”*. Fenómeno também sublinhado pelo Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira em entrevista para esta dissertação, o maior polo agrícola dentro de Torres Vedras. O mesmo refere ainda a concentração dos vários fatores de produção na região, desde empresas de serviços de construção (terraplanagem, estruturas metálicas, entre outros), viveiros, produção, embalamento e algumas empresas de transformação.

António Gomes refere também o peso da produção agrícola da zona Oeste, estimando que é responsável por mais de metade da produção nacional e que dos cinco principais produtos da região, mais de 40% destinam-se à exportação. Salaria ainda o facto de a região ser a única no país com um sistema de comércio e transações por leilão, *“onde se percebe melhor o valor do produto”*.

O Recenseamento Agrícola de 2019 destaca o *“aumento da área com hortícolas (1,4 mil hectares e de outras culturas temporárias (essencialmente batata-doce)”* na região do Ribatejo e Oeste e a predominância de superfície ocupada com frutos frescos, com uma dimensão média das explorações duas vezes superior à média nacional, contribuindo com 42,9% do Valor de Produção Padrão Total¹¹.

Dada a caracterização do setor na região Oeste, podemos concluir que predominam a fruticultura e horticultura, onde, ao contrário de outros ramos da agricultura como os cereais ou a vinicultura que dispõem de processos mecanizados, a mão-de-obra é essencial.

¹⁰ Em entrevista ao Jornal de Negócios, a 6 de junho de 2018

¹¹ Corresponde à soma dos diferentes Valores de Produção Padrão (VPP) obtidos para cada atividade, obtidos multiplicando-se os VPP unitários pelo número de unidades existentes dessa atividade na exploração (de área ou de efetivo pecuário) (Gabinete de Planeamento e Políticas, 2011)

3.3. Breve caracterização da imigração em Portugal e na agricultura

Ao caracterizar a imigração e a importância que assume num dado país devemos olhar para duas perspetivas: a importância relativa que os imigrantes assumem no total de residentes e a evolução do saldo migratório, ou seja, os fluxos de entrada e saída de pessoas num país (Oliveira, 2020). Importa também salientar que a imigração não se distribui de forma homogénea pelo país e que as áreas urbanas do litoral são as que apresentam os maiores números de cidadãos estrangeiros residentes, motivado pelas oportunidades de emprego e redes de ajuda, associadas às primeiras vagas de imigrantes (Oliveira & Gomes, 2019). Desta forma, são os concelhos de Lisboa (44,4% do total de estrangeiros residentes em todo o país em 2018), Setúbal e Faro que apresentam a maior concentração de imigrantes. Ao nível da percentagem de cidadãos estrangeiros face à população total dos municípios, esta assume uma maior relevância em Vila do Bispo, Albufeira e Odemira com valores de 37,2%, 35,2% e 33% respetivamente (Oliveira & Gomes, 2019).

Relativamente à dimensão da população estrangeira em Portugal, de acordo com dados do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (SEF, 2019), residiam no ano de 2019 em Portugal 590.348 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, representando 5,7% do total de residentes no país, valor mais elevado registado pelo SEF desde a sua fundação em 1976. Este número representa a tendência crescente a que Portugal tem assistido no número de imigrantes desde 2016, depois de um período de claro declínio verificado entre 2010 e 2015, marcado pelos efeitos da crise, especialmente nos números de desemprego. A tendência crescente é acompanhada por um saldo migratório positivo, verificada a partir de 2017, registando-se em 2019 um saldo migratório de 44506, segundo dados do INE, valor que representa o aumento expressivo de entradas no país relativamente às saídas.

Atendendo às nacionalidades mais representadas na população, as dez mais expressivas têm-se mantido constantes nos últimos anos. Em 2019 o primeiro lugar era ocupado pelo Brasil, representando 25,6% de toda a população estrangeira e com um aumento de 43,5% face a 2018. Ao Brasil segue-se Cabo Verde, Reino Unido, com um aumento de 29,9% face a 2018, Roménia, Ucrânia, China, Itália, com um aumento de 34,7% face ao ano anterior, França, Angola e Guiné-Bissau (Oliveira, 2020).

Em termos de origem geográfica por continente, apesar de todos os continentes registarem uma subida, observa-se um crescimento bastante acentuado da América do Sul em 42,9% e da Ásia em 29%. Analisando os fluxos, ou seja, os dados relativos à emissão de novos títulos, verifica-se que face ao ano anterior, em 2019 as nacionalidades mais representativas eram, ordenadamente, o Brasil, Reino Unido, Itália, Índia, Nepal, França, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Espanha (SEF, 2020). Ao observar os motivos da concessão de título, são as nacionalidades indiana e nepalesa que se destacam

na emissão de título para exercício de atividade profissional. Regista-se também uma assimetria entre homens e mulheres, registando-se um maior número de homens imigrantes, e uma grande concentração de população estrangeira na idade ativa entre os 20 e os 49 anos (59,9% em 2018) (Oliveira, 2020).

O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019 (SEF, 2020) apresenta ainda dados sobre estrangeiros identificados em situação ilegal. Nesta situação, foram identificados 2247 cidadãos de países terceiros em situação ilegal, sendo essencialmente provenientes do Brasil, Índia e Nepal. Os mesmos foram identificados em ações de inspeção e fiscalização, na sua maioria em diligência solicitadas pela Área Documental, em ações de inspeções a estabelecimentos de restauração e à atividade agrícola.

3.4. Caracterização da população estrangeira residente na zona Oeste e na agricultura

Ao elaborar uma caracterização da população estrangeira residente na zona Oeste, em particular na agricultura, é necessário ter determinados aspetos em consideração. Em primeiro lugar, o setor primário emprega apenas 6,2% da população, que sendo um valor elevado relativamente à média nacional, é pouco expressivo em relação aos restantes setores. Em segundo lugar, uma vez que a imigração agrícola no Litoral Alentejano se verifica em maior escala, com um maior peso em relação à população residente e com maior mediatismo, pode levar a uma comparação imediata entre as duas regiões e a considerar que a imigração na região Oeste é pouco significativa em comparação com a região anterior. As duas diferenciam-se em vários fatores: a economia no Oeste é mais diversificada, sendo que a agricultura não é a principal atividade, enquanto no Alentejo Litoral esta emprega 11,7% da população (22,9% em Odemira) (INE), valor muito expressivo no setor primário; a densidade populacional é díspar, com valores de 161,1 na região Oeste e 17,6 (INE) no Alentejo Litoral, o que torna a dimensão da questão distinta, dada a expressividade de imigrantes em relação à população nativa; a agricultura no Alentejo Litoral é de carácter mais sazonal e com picos de produção (principalmente devido aos pequenos frutos e campanhas como a apanha da azeitona ou uva), o que leva a que exista um maior nível de fluxos de imigrantes, que se deslocam consoante as necessidades dos empregadores, enquanto no Oeste, uma vez que parte da produção já é conseguida ao longo de grande parte do ano e é mais diversificada, os imigrantes tendem a fixar-se numa dada empresa.

No ano de 2019, e segundo dados do SEF, a região Oeste contava com 18031 cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente, a sua maioria proveniente do Brasil, cerca de 29% do total de imigrantes, seguido dos países da Europa de Leste, principalmente da Ucrânia e Roménia. Dos municípios que constituem a região: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval,

Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, é o último que apresenta um maior número de imigrantes.

No município de Torres Vedras, *“um dos principais abastecedores de bens agrícolas do país”*, em que *“três das maiores empresas, todas grossistas de frutas e legumes perfaziam cerca de 150 milhões de euros em volume de faturação em 2016, 6% do total o concelho”* (Barbedo, 2018)¹², residiam em 2019, segundo o SEF, 4151 cidadãos estrangeiros com título de residência, sendo as nacionalidades mais representativas a brasileira (31,5%), a romena (16,5%), a ucraniana (9%), a nepalesa (8,9%) e a tailandesa (5,4%). Tratando-se de uma zona agrícola, importa sublinhar que o número de cidadãos estrangeiros no concelho poderá ser superior, dada a imigração sazonal (apanha de fruta, campanhas com picos de produção, como o tomate, por exemplo) e a imigração irregular.

Considerando a evolução da população estrangeira residente na região Oeste, podemos verificar no anexo B que de 2010 a 2019 as nacionalidades que apresentam um maior aumento são a nepalesa, com um aumento de 5 cidadãos em 2010 para 517 em 2019 e a indiana, com um aumento de 28 cidadãos em 2010 para 363 em 2019. Por outro lado, as nacionalidades com uma maior descida são a moldava e a ucraniana, com decréscimos de 67% e 44%, respetivamente. Tais variações representam também as diferentes vagas de imigração a que o setor agrícola tem assistido. Se no início do século XXI a região assistiu a uma vaga de imigração proveniente da Europa de Leste, de carácter económico, sem ligação cultural ou linguística a Portugal, esta foi sendo substituída pela imigração brasileira e posteriormente pela imigração proveniente do Sudeste Asiático. Apesar dos números ainda muito expressivos dos imigrantes provenientes da Europa de Leste na região, podemos perceber (posteriormente pela amostra conseguida através dos inquéritos realizados) que foram poucos os que se fixaram no setor, tendo permanecido aqueles que conseguiram melhores condições¹³.

¹² Jornal de Negócios

¹³ Informação retirada a partir das várias conversas realizadas com os vários atores no setor ao longo da pesquisa

4. Políticas Públicas para a Integração de Imigrantes

4.1. A evolução das políticas de regulação e integração de imigrantes

Até à década de 90, os fluxos migratórios em Portugal assumiam uma importância diminuta, atingindo-se um total de 100.000 imigrantes apenas em 1989 (Costa, 2016). Com o aumento de entradas, Portugal revelou não ter uma estratégia consistente para a regularização e integração de imigrantes em território nacional. Assim, de 1992 a 2004, assiste-se a cinco processos de regularização extraordinários, que demonstram que a entrada irregular e legalização *a posteriori* era a via privilegiada para entrar no país, assim como demonstra a forte desregulação do mercado de trabalho (Baganha, 2005; Costa, 2016; Carvalho, 2018). Note-se o processo de 2001, que permitiu a regularização de 184.000 imigrantes, a maioria oriundos do Leste Europeu e fortemente impulsionado pelo *lobby* da construção e turismo ou o processo de 2003, que em conjunto com o acordo luso brasileiro do mesmo ano, permitiu a legalização de mais de 80.000 imigrantes (Baganha, 2005). Desta forma, até ao final de 2003, 59% da população estrangeira em Portugal com título de residência tinha conseguido a legalização através de um dos processos de regularização extraordinários (Baganha, 2005).

A Lei n.º 23/2007 que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, ainda hoje em vigor e alvo de sucessivas atualizações, veio conceder um caráter mais simples e integrador à estratégia migratória portuguesa. A lei, “*além de definir novas condições de entrada, saída e expulsão de/para o país, promove um regime especial para estadias temporárias, facilita a admissão de imigrantes altamente qualificados e de um conjunto de categorias especiais (...) e abre novas oportunidades para a regularização de imigrantes que já se encontravam no país*” (Padilla & França, 2020, p. 138). Uma importante alteração à lei, em 2017, veio retirar o caráter excecional ao procedimento de atribuição de autorização de residência com base numa promessa de contrato de trabalho e na entrada legal no país e à regularização de cidadãos estrangeiros sem visto de residência, mas com vínculo laboral, entrada legal e inscrição na Segurança Social (Oliveira & Gomes, 2018).

Os referidos processos e leis fazem parte das políticas de regulação dos fluxos migratórios, distintas das efetivas políticas de integração, sendo que em Portugal as políticas de integração tiveram inicialmente um papel secundário. É possível falar num período de viragem com a criação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas em 1996 (atualmente Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)), seguida do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração em 1998 e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial em 1999, que pode

ser interpretado como uma afirmação política em direção a uma nova visão das migrações, institucionalizando associações de migrantes e possibilitando o diálogo entre estas e o Estado (Padilla & França, 2016). A par destas instituições, importa referir a importância da criação de uma extensa rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes em 2003, de três Centros Nacionais de Apoio aos Migrantes, que agregam num só espaço diferentes serviços, instituições e gabinetes de apoio aos migrantes e do Observatório das Migrações, responsável pela análise de dados, elaboração de estudos e acompanhamento estratégico das migrações. Destacam-se ainda outras medidas como o projeto de mediadores interculturais e a elaboração periódica de um Plano Nacional de Integração de Imigrantes pelo ACIDI detalhando e avaliando medidas para o desenvolvimento de áreas como a saúde, educação, trabalho ou habitação que garantiam a continuidade das medidas ao não ser permitida a sua alteração com a mudança de governos (Cook, 2018).

Apesar da extrema importância destas medidas que colocam Portugal no topo de rankings ao nível das políticas de integração, subsistem ainda falhas, tanto na área da regulação de fluxos como na estratégia de integração. A atual imigração, de caráter fortemente polarizado, com entrada de imigrantes altamente qualificados por um lado, e por outro, de imigrantes com baixas qualificações (Padilla & Ortiz, 2012), requer uma visão estratégica e políticas desenhadas para ambas.

O Relatório Anual de Segurança Interna de 2020 destaca “o tráfico de seres humanos e crimes conexos” como dos fenómenos criminais mais relevantes na área da imigração. O mesmo dá como conhecido o fenómeno do recrutamento de “*trabalhadores maioritariamente nacionais da Roménia, Moldávia, Paquistão, Nepal e Índia para campanhas sazonais como a apanha da azeitona, castanha, frutos ou produtos hortícolas, sendo transportados para as explorações onde passam a trabalhar e a residir*” (p. 76). Aponta ainda para a “*extensão geográfica dos locais onde são colocados a trabalhar, geralmente situados no interior do Alentejo ou na zona Oeste do país*”, como desafio na atuação das entidades de fiscalização. Este fenómeno permaneceu invisível à opinião pública até ao início de 2021, trazido para o espaço mediático devido a surtos de COVID-19 nos municípios de Odemira e Torres Vedras, que revelaram as condições em que grande parte dos trabalhadores imigrantes agrícolas viviam.

Importa assim refletir sobre as condições que tornam Portugal num dos países mais destacados a nível das políticas de integração de imigrantes, sendo que simultaneamente continuam a subsistir camadas da população migrante onde as mesmas políticas de integração tendem a não surtir os mesmos efeitos. Importa igualmente refletir sobre a distinção entre o quadro de políticas de integração e a sua aplicação efetiva.

4.2. Posicionamento de Portugal nos indicadores de integração internacionais

Ao analisar os resultados de rankings como o MIPEx, observamos que Portugal se tem destacado como um dos países com melhores políticas de integração, incorporando o Top 10 de um total de 52 países em 2019, apenas suplantado pela Suécia e Finlândia. Nesta avaliação, destaca-se o acesso ao mercado de trabalho, com políticas que garantem igual acesso e tratamento entre nacionais e estrangeiros, o reagrupamento familiar e as políticas antidiscriminação, sendo as áreas com pontuações mais elevadas das categorias avaliadas. Por outro lado, nas categorias com pontuações menos satisfatórias encontramos a educação, onde é sublinhada a importância de uma maior evolução na educação intercultural e de um maior foco na qualidade e diversidade no ensino superior, na carreira docente e no currículo escolar. Abaixo da média, encontra-se também a saúde, onde é apontado que melhores resultados poderiam ser alcançados incorporando as recentes medidas relacionadas com o combate à COVID-19¹⁴ na legislação e políticas a longo prazo.

A favorável posição de Portugal neste ranking, que tem mantido ao longo dos anos, destaca-se por oposição à tendência observada nos restantes países europeus nos últimos anos. Vários autores referem que o desenho de políticas de integração desenvolve-se numa sociedade que, no geral, não olha para a imigração como um problema. Como tal, citam fatores que poderão explicar a abertura da sociedade portuguesa para o acolhimento de cidadãos estrangeiros, entre eles o facto de Portugal enfrentar baixas pressões migratórias em comparação com outros países europeus, o passado colonial e o efeito que teve na maior tolerância da população e o facto de ser um país de emigração, o que potencia a tolerância e compreensão face aos que chegam ao nosso país (Fonseca & McGarrigle, 2014; Cook, 2018). Salienta-se igualmente a fraca influência de partidos de extrema-direita até às eleições legislativas de 2019, a aceitação geral de que os imigrantes são um forte contributo para a economia, ocupando atividades em que existe falta de trabalhadores locais e o contributo que têm na dinâmica populacional, uma vez que se encontram, na maioria, em idade ativa (Fonseca & McGarrigle, 2014).

Face a avaliações bastante positivas de entidades como o MIPEx, ONU ou da UE, Portugal é retratado como um país aberto e com uma visão moderna em relação à imigração. No entanto, autores como Marta Araújo (2013) questionam a narrativa *mainstream* de tolerância, afirmando que oculta um racismo institucional. Outros apontam dados estatísticos que revelam por exemplo a existência de “*uma diferença significativa entre as remunerações auferidas por estrangeiros e portugueses, a qual só não é favorável aos portugueses nos escalões mais qualificados e intermédios e um nível de sinistralidade laboral mais elevado entre os estrangeiros*” (Costa, 2016, pág. 37). Acrescentam ainda percepção de que os estrangeiros são objeto de discriminação no local de trabalho, a baixa visibilidade

¹⁴ Como resposta no combate à pandemia, o Governo alargou a todos os imigrantes com processos pendentes no SEF o pleno direito de acesso aos serviços públicos

pública das associações de imigrantes na comunicação social e a prevalência de uma *“visão utilitarista da imigração reconhecendo-se a sua necessidade para a economia, ao mesmo tempo que se defende que a entrada em Portugal deve estar dependente da existência de ofertas de trabalho e se estabelece uma associação entre os grupos étnicos, o desemprego e o trabalho não declarado”* (Costa, 2016, pág. 37 e 38).

Apesar da reconhecida relevância de rankings como o MIPEX como ferramentas valiosas na comparação das políticas de integração entre diferentes governos e na análise de boas práticas, assim como de áreas que carecem de melhorias, a relação entre as políticas e a integração efetiva não é literal. Assim, podemos encontrar melhores níveis de integração efetiva em países com políticas migratórias restritas, em que apenas têm hipótese de se estabelecer um menor número de imigrantes ou cidadãos estrangeiros com maiores qualificações por oposição a países com políticas migratórias mais abertas. Assim, rankings como o MIPEX são ferramentas úteis na comparação da visão estratégica das migrações, porém são insuficientes para medir o efeito de tais medidas na prática. A existência de uma imigração fortemente polarizada, a segregação das camadas mais desfavorecidas da população estrangeira nas periferias das cidades, o facto de existirem atividades quase exclusivamente ocupadas por migrantes, a intervenção mais violenta das forças de segurança, a insuficiente ou morosa resposta dos serviços públicos às necessidades dos imigrantes são igualmente fatores a ter em consideração na análise da performance dos Estados relativamente aos níveis de integração que não são avaliados neste ranking.

A análise das posições dos diversos países da UE em relação à imigração no que toca às perceções e atitudes das populações é outra ferramenta valiosa na avaliação do nível de integração dos imigrantes. Apesar destes dados estatísticos reportarem a uma pequena amostra das populações e serem alvo de alguma subjetividade e conjunturalidade, são importantes indicadores da perceção pública acerca da imigração. Tais representações sociais são também condutoras da estratégia política da gestão das migrações e no desenho de políticas públicas, em função das preocupações ou prioridades assumidas pela população residente, existindo vários exemplos da implementação de políticas e controlos mais restritos face aos receios sociais em relação à entrada de estrangeiros (Banco Mundial, 2019; Oliveira, 2020).

O relatório estatístico *“Indicadores de Integração de Imigrantes”* de 2020 elaborado pelo Observatório das Migrações utiliza os dados do Eurobarómetro para aferir a perceção dos inquiridos relativamente aos assuntos migratórios. Através do mesmo é possível observar que, do conjunto de assuntos como por exemplo mudanças climáticas, finanças, terrorismo ou desemprego, a imigração é identificada como a principal questão da União Europeia desde 2015. No entanto, dos inquiridos portugueses, a imigração surge como a principal questão apenas em 2019 e em menor percentagem que a média europeia. Ao comparar a perceção dos inquiridos sobre a proporção de imigrantes

nascidos fora da União Europeia no total de residentes do seu país, Portugal surge destacado como um dos países que regista uma maior discrepância entre a perceção e a percentagem real, com uma média de respostas de 20,6%, porém com uma percentagem real de 6,2%. Analisando se os inquiridos encaram a imigração como um problema ou como uma oportunidade, Portugal surge destacado num limitado conjunto de países (Suécia, Irlanda, Reino Unido, Luxemburgo, Finlândia e Dinamarca) que vê a imigração mais como uma oportunidade do que como um problema. Por outro lado, a maioria dos europeus inquiridos (69%) defendem que promover a integração de imigrantes é um investimento necessário, destacando-se novamente os portugueses que na sua larga maioria (85%) defendem esta ideia. Portugal surge igualmente nos lugares cimeiros relativamente à perceção de que os imigrantes estão a integrar-se bem e ao facto de que o governo está a fazer o suficiente para fomentar a integração dos imigrantes.

Os dados estatísticos do relatório corroboram a ideia de que a sociedade portuguesa se mostra aberta e tolerante em relação aos imigrantes, sendo também indutora de uma continuidade de investimento em políticas de integração. Contudo, existem ainda situações, como aquela em estudo na presente dissertação, em que subsistem realidades distintas e ocultas na imigração e que por se manterem longe do escrutínio do olhar público devido às suas especificidades, dificilmente têm peso nas perceções e na visão estratégica das migrações.

4.3. Integração de Imigrantes na Região Oeste

Apesar da estratégia migratória e principais diretrizes se desenharem a nível nacional, é a nível local que o impacto das migrações se faz sentir com maior intensidade, sendo também onde se observam os resultados das políticas adotadas. Neste sentido procurou-se analisar as estratégias dos municípios que integram a região Oeste, em particular os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. Outro indicador que indicará a maior atenção à imigração e a presença de um maior número de imigrantes residentes nos concelhos é a existência ou não de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI).

Dos 12 municípios que integram a região Oeste, dispõem de um CLAI: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras. Contudo, da pesquisa realizada, apenas foi detetado um Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes dos municípios de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos de 2015-2017 e dois Planos Municipais de Torres Vedras, de 2018-2020 e 2020-2022. Depreende-se então que a maior população de cidadãos estrangeiros a residir neste município, como verificada anteriormente, se traduza numa maior necessidade de olhar para a integração dos mesmos. Dado que é também o município com maior número de empresas agrícola e com maior

número de trabalhadores imigrantes neste setor, procurou-se tomá-lo como foco de análise das medidas e estratégias adotadas.

Ao analisar o Plano Intermunicipal de 2015-2017, observamos que, resultado da auscultação a grupos de imigrantes nos três concelhos, o trabalho sazonal, o enquadramento legal pouco flexível (Lei da Imigração – 23/2007), a exploração laboral, as desigualdades laborais, a exploração por parte de angariadores e existência de redes de tráfico de seres humanos para fins laborais foram alguns dos problemas apontados na área laboral. Foi indicado ainda a existência preconceito face à imigração, situações de carência económica, problemas de comunicação linguística e cultural, dificuldade em aceder aos serviços de saúde, ausência ou défice de informação nos serviços públicos e sobrelotação e precariedade habitacional. Face ao enumerado, são propostas ações tais como: ações de formação para entidades empregadoras e para trabalhadores, criação de folhetos com informação sobre legislação laboral, cursos de português básico, reforço da capacidade e competências dos CLAI e formação na área da interculturalidade.

Observando o Plano Municipal de Torres Vedras de 2018-2020 compreendemos que as necessidades e problemas revelados no anterior Plano Intermunicipal permanecem praticamente inalteradas. Quanto às respostas propostas, assemelham-se igualmente às do Plano Intermunicipal, destacando-se ainda a proposta de acompanhamento psicológico aos migrantes e a criação da atividade “Ensemble Intercultural”.

Relativamente ao último Plano Municipal, este aponta necessidades e problemas tais como as escassas oportunidades de trabalho, o isolamento social, dificuldade de integração na comunidade autóctone, insuficiente apoio no acolhimento na chegada ao país, escassas opções de arrendamento, insuficiente apoio na integração escolar de crianças, serviços públicos pouco adaptados à cultura e língua, desconhecimento de direitos e deveres e sentimento de discriminação. As propostas apresentadas assemelham-se às apresentadas nos anteriores planos, destacando-se a introdução de ações de formação para funcionários de serviços essenciais, a criação de um Posto Avançado e Especializado para a Habitação, promoção de encontros comunitários interculturais e formação em intermediação cultural para profissionais de saúde.

Analisando as respostas aos questionários no âmbito da presente dissertação, podemos aferir que os problemas e dificuldades levantados pelos inquiridos vão de encontro aos identificados nos Planos de Integração. A questão mais assinalada, a língua e a dificuldade de acesso a cursos de português, constitui a barreira mais importante para os imigrantes e que alavanca dificuldades noutras áreas. Dificuldade de acesso aos serviços de saúde ou a outros serviços públicos, desconhecimento de direitos e deveres ou o sentimento de discriminação, são áreas nas quais um melhor conhecimento da língua poderia mitigar as dificuldades sentidas. Consequentemente, esta barreira impede também a progressão profissional e o acesso a formação e educação. Adiante, na análise das respostas aos

questionários, verificar-se-á que esta é uma questão de difícil abordagem, visto que o relato do CLAI Torres Vedras contrasta com as respostas dadas pelos imigrantes.

Da entrevista concedida pela técnica responsável pelo CLAI, podemos aferir que as dificuldades sentidas pelos imigrantes, especificamente no setor agrícola, tentam ser mitigadas através de medidas como a oferta de cursos de língua e cultura na junta de freguesia mais próxima das empresas agrícolas (A-dos-Cunhados), que não se realizaram no último período devido à situação pandémica ou pelo contacto direto com as empresas no sentido de oferecer esclarecimentos. A tentativa de mitigação passa também pela disponibilização de informação sobre o processo de regularização, pela verificação das condições de habitabilidade em conjunto com outras entidades ou pela aferição das prioridades e soluções para a habitação através da criação de um grupo de trabalho na Câmara Municipal. Foi constatado ainda o empenho na integração dos imigrantes através de iniciativas culturais ou com a criação de uma associação de imigrantes que, no entanto, tendem a não se adequar à realidade específica de muitos dos imigrantes agrícolas ou não a chegar ao seu conhecimento. As dificuldades linguísticas, o facto de viverem em comunidades mais fechadas com outros migrantes, o desconhecimento acerca da cultura e dos serviços ao seu dispor ou o facto de que muitos destes trabalhadores verem a sua estadia em Portugal como temporária, dificultam a sua integração e a adesão aos serviços oferecidos.

5. Análise e interpretação dos resultados

5.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Nacionalidade

Verifica-se que mais de metade (55,7%) dos inquiridos possui nacionalidade nepalesa, seguido da nacionalidade tailandesa (35,7%). Foram ainda inquiridos 3 indivíduos de nacionalidade romena (4,3%), enquanto de origem russa, ucraniana e indiana, foram inquiridos 1 de cada uma destas nacionalidades^{15, 16}.

Percebemos que as respostas traduzem a recente vaga migratória, maioritariamente proveniente de países do Sudoeste Asiático, assim como o declínio do número de imigrantes originários dos países da Europa de Leste, corroborando o referido no capítulo 3. Segundo um estudo sobre a imigração nepalesa no sul de Portugal, o salário médio no Nepal é de apenas 59€ (Pereira et al., 2021), como tal, a diferença cambial e dos salários poderão explicar a aceitação por parte dos imigrantes de trabalhos que pagam abaixo do salário mínimo nacional. Adicionalmente, o estudo refere a forte cultura de emigração, que reforça o estatuto do emigrante e da sua família que permanece no país. No entanto, esta emigração acarreta fortes custos, estando ligada a redes de imigração e intermediários que cobram elevadas quantias e oferecendo opções de destinos em que as condições de entrada são mais favoráveis, como é o caso de Portugal.

Idade

Relativamente à idade dos inquiridos, estas variam entre os 20 e os 52 anos, sendo a média de 34,9 anos. Esta mostra que no geral são trabalhadores relativamente jovens, contrastando fortemente com a média de idades dos trabalhadores agrícolas portugueses, principalmente com os produtores agrícolas em que a maioria se encontra acima dos 60 anos, como referido anteriormente. O facto de a grande maioria se encontrar numa faixa etária jovem também se reflete na natalidade. Como refere o presidente da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira em entrevista: *“Já temos muitos imigrantes aqui na freguesia que têm filhos, que é o exemplo da ASPA (Associação de Solidariedade e Promoção de A-dos-Cunhados) que oferece respostas sociais de creche e pré-escolar, que tinha cerca*

¹⁵ Ver Anexo A: questionário aplicados aos trabalhadores imigrantes

¹⁶ Ver Anexo C, figura 1

de 17 crianças filhas de imigrantes, bem como todas as escolas da freguesia já têm crianças filhas de imigrantes”.

Sexo

Do total de inquiridos, 67,1% são homens e 32,9% mulheres. Importa salientar que os questionários foram distribuídos a empresas que dentro do setor agrícola dispunham também de serviços associados, tais como o embalamento e serviços de armazenagem. O desequilíbrio entre sexos poderá estar relacionado com o teor do trabalho, de elevada exigência física ou com o facto de no geral, ser o homem que emigra, como representado no estudo anteriormente referido sobre a imigração nepalesa (Pereira et al., 2021).

Número de anos a residir em Portugal

Relativamente ao número de anos a residir em Portugal, a maioria dos inquiridos respondeu “entre 1 e 3 anos” (45,7%), seguindo-se dos que responderam que vivem em Portugal há mais de 5 anos (31,4%). Apenas 2,9% vivem no país há menos de 1 ano¹⁷.

O facto da maioria dos inquiridos residir em Portugal há relativamente pouco tempo reflete o carácter temporário desta imigração, assim como a grande rotatividade de trabalhadores. Questionada sobre se a fixação da mão-de-obra é uma preocupação, uma das empresas que se mostrou recetiva *retorquiu* “Até 2019 não, mas a partir de 2020 e sobretudo 2021 verifica-se uma grande rotatividade e falta de compromisso dos mesmos em se manterem”. Esta tendência poderá estar relacionada com a pandemia, mas eventualmente também com outros fatores como a transição para outros setores económicos ou outros países, descontentamento com as condições de trabalho ou com as condições de vida em geral.

Escolaridade

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos inquiridos detém o ensino secundário (42,9%). Sublinhe-se que uma percentagem considerável (27,1%) detém o ensino superior e nenhum dos inquiridos afirmou ter o ensino primário¹⁸. Nesta questão é importante ter em conta que os níveis de ensino nos países em questão têm algumas diferenças, no entanto procurou-se que as opções de resposta tivessem o número de anos (ex: ensino primário/4 anos de frequência escolar) para que correspondesse o melhor possível à realidade do ensino português.

De acordo com o relatório “Indicators of Immigrant Integration 2015: Settling In” (OCDE/EU, 2015) nos países da Europa do Sul, dois terços dos trabalhadores de países terceiros são considerados

¹⁷ Ver Anexo C, figura 2

¹⁸ Ver Anexo C, figura 3

sobrequalificados para as posições que ocupam, sendo que a sobrequalificação entre imigrantes de países terceiros em comparação com os nacionais é três vezes mais provável nos países da Europa do Sul, em particular Portugal e Itália. O mesmo relatório aponta como causas as dificuldades no reconhecimento das qualificações académicas, a fraca compreensão da língua e do funcionamento do mercado de trabalho. Ao cruzar o nível de escolaridade com a intenção de permanência no setor agrícola, observamos que a percentagem de trabalhadores que responderam não querer ou não saber se querem continuar nesta atividade é maior entre trabalhadores com o ensino superior (58%) do que entre trabalhadores com o ensino básico ou secundário (43% em ambos os níveis de escolaridade), indo de encontro aos dados acima mencionados.

5.2. Mercado de Trabalho

Observando as respostas em relação à modalidade do contrato de trabalho, verifica-se que os números dos trabalhadores com contrato permanente e temporário assemelha-se (45,7% e 47,1% respetivamente). Nenhum afirmou não ter contrato e 5 responderam ter contrato de prestação de serviços através de uma empresa *outsourcing*¹⁹. A hipótese “*outsourcing*” poderá confundir alguns trabalhadores menos familiarizados com os termos, sabendo-se que poderá haver trabalhadores neste regime que terão respondido “contrato temporário”. De salientar que o trabalho sem contrato é mais facilmente encontrado nas pequenas explorações.

Quanto ao rendimento auferido mensalmente, a maioria (67,1%) respondeu que recebe em média entre 650 e 800€. Quase um terço (28,6%) afirma que recebe menos que 650€, ou seja, menos que o salário mínimo nacional e apenas 3 indivíduos recebem entre 800 e 950€²⁰.

Apesar de existirem trabalhadores que recebem menos que o salário mínimo, o facto de as empresas aceitarem ou não a distribuição de questionários pelos trabalhadores é em si um sinal de que estas garantem (presumivelmente) as condições mínimas aos trabalhadores. Estas respostas podem ser contrastadas com informação revelada por reportagens realizadas no contexto da pandemia e desvendamento das condições precárias dos trabalhadores agrícolas. Numa reportagem sobre a imigração nas estufas de Torres Vedras (Franco & Pereira, 2021) um imigrante revela que na primeira empresa onde trabalhou recebia 350€ em que 100€ eram para a renda da casa. Adicionalmente, o problema agravava-se pelos constantes atrasos no pagamento e pelo montante de dois mil euros que esta empresa ficou a dever ao trabalhador quando finalmente conseguiu sair, sem contar com o montante de 10 mil euros que pagou inicialmente a um recrutador na Índia. Como este relato existem muitos outros que espelham uma realidade marcada pelo trabalho informal, em que o

¹⁹ Ver Anexo C, figura 4

²⁰ Ver Anexo C, figura 5

acordado no contrato, quando este existe, não se transpõe na vida real. Tal como descrito pelo coordenador da Unidade Anti-Tráfico no SEF:

“Nesse contrato, que à partida terá algum valor jurídico, estará estipulado um vencimento mensal com o valor do salário mínimo, acrescido do subsídio de refeição (...) Mas todo esse clausulado não existe na prática, não acontece, ninguém o cumpre. Eles nem sabem o que está lá escrito: os contratos não são traduzidos” (Moleiro, 2021)

Outro indício dos problemas do mercado de trabalho é o aumento substancial de denúncias por parte de imigrantes à ACT nos últimos 2 a 3 anos, facto reportado pelo Diretor da ACT Centro Local Oeste para esta dissertação. Na mesma entrevista, refere que são poucos os trabalhadores que têm vínculo com as empresas, e que em alguns casos:

“É criada uma relação de dependência dos trabalhadores para com as empresas de cedência de mão de obra ou de trabalho temporário, chegando a situações extremas em que, por exemplo, são retidos os passaportes de forma a pressionar os trabalhadores ou formas de coação em que a família do trabalhador é ameaçada caso este não cumpra as ordens da empresa”.

Sublinha ainda a realidade dos falsos contratos de trabalho

“A promessa até se pode concretizar, mas informalmente, ou seja, trabalham de forma não declarada. Desta forma ficam sujeitos a condições precárias e de insegurança, impossibilitando a regularização mediante contrato de trabalho ou mesmo perante a Segurança Social, pois não têm o período de descontos necessário para a regularização. Os trabalhadores são iludidos de que brevemente terão o contrato de trabalho, trabalhando de forma não declarada, ficando aprisionados a esse empresário (quase sempre estrangeiro), podendo este de um momento para o outro desaparecer”.

Assim, apesar das políticas de integração relativas ao mercado de trabalho serem na sua teoria favoráveis, são facilmente ultrapassadas por constrangimentos e constantes violações da legislação e más práticas laborais no contexto do mercado laboral agrícola. O quadro legal vigente para recrutamento de estrangeiros é exigente, sendo por isso o recurso a empresas de trabalho temporário e prestação de serviços as opções mais utilizadas, que nem sempre adotam boas práticas. A extrema facilidade de criação e encerramento de empresas desta natureza proporciona as condições ideais para a proliferação de empresas cuja atividade assenta na exploração dos seus trabalhadores. A condição vulnerável dos imigrantes que requerem legalização ao abrigo do artigo 88º e que dependem de um contrato de trabalho para o efeito, leva a que muitos aceitem condições extremamente precárias, principalmente quando além disto, contraíram dívidas para chegar a Portugal. Desta forma, o acesso e mobilidade no mercado de trabalho para estes migrantes está altamente condicionado por uma série de variantes que se agravam neste setor em específico.

5.3. Condições de habitação

Cruzando as duas questões relativas à habitação (“A sua habitação é fornecida pela empresa?” e “Considera que a sua habitação tem condições dignas?”), podemos observar que 46 dos 70 inquiridos consideram que a sua habitação tem condições dignas, enquanto um terço (21) responderam que sim, mas que não se sentiam completamente satisfeitos com a mesma. Apenas 3 responderam que a sua habitação não possui condições dignas. Observamos também que a maioria (68,6%) reside em habitações não fornecidas pela empresa onde trabalha e que destes, 62,5% consideram que a sua habitação tem condições dignas, enquanto 31% não estão completamente satisfeitos com as condições da residência. Dos inquiridos que responderam que a sua habitação é fornecida pela empresa onde trabalham, cerca de 70% estão satisfeitos com as condições da mesma e 27% afirmam que a residência tem condições dignas, mas que não estão completamente satisfeitos²¹.

Nesta questão, a introdução de uma hipótese intermédia (“sim, mas”) foi impulsionada pelo conhecimento que se tem de que os imigrantes, tendem a aceitar as condições em que vivem, não tecendo comentários negativos, possivelmente também impulsionado pela comparação em relação às condições que possuíam no seu país de origem.

Observando as respostas dadas pelos inquiridos, percebemos que a maioria não apresenta queixas em relação às condições da sua habitação, enquanto uma parte revela que não está completamente satisfeita. Esta resposta poderá ser influenciada se a habitação for fornecida pela empresa ou pelos padrões que encontravam no seu país de origem. Ao comparar estas respostas com as notícias do ano de 2021 e com relatos de entidades como o CLAII Torres Vedras ou a ACT Centro Local Oeste, que descrevem vários casos de sobrelotação e insalubridade encontrados em inspeções e visitas, percebemos que existe uma discrepância na avaliação das condições de habitabilidade.

Uma reportagem revela que foram identificadas em Torres Vedras situações de habitação com condições indignas, entre as quais uma antiga pecuária e um antigo armazém com plásticos a servir de divisórias (Agência Lusa, 2021). Já nas entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação, todas as entidades (ACT, CLAII e Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira) salientaram os problemas habitacionais. Apesar do empenho na procura de soluções para ultrapassar este problema, o CLAII confessa as dificuldades neste tema:

“Não nos podemos esquecer que no geral estes cidadãos não podem sair muito das zonas onde trabalham, dado os salários muito baixos, poucos transportes, entre outros, o que dificulta a procura de soluções”

Por sua vez, o presidente de Junta de Freguesia de A-dos Cunhados e Maceira, freguesia com o maior número de explorações agrícolas expõe o mesmo desafio:

²¹ Ver Anexo C, tabela 1

“Em relação à habitação não estávamos (a freguesia) preparados, até porque a zona sofre dois tipos de pressão habitacional: a turística na zona litoral e a agrícola, no interior.”

Salientando outra face do problema, o Diretor da ACT Centro Local Oeste revela que por vezes são encontradas situações de chantagem quando o empregador é responsável pelo alojamento, em que este ameaça o trabalhador com a perda do alojamento caso não cumpra as ordens.

Face a estes dados, percebemos que a habitação é uma questão dual e de difícil avaliação. Se por um lado são poucos os trabalhadores que classificam a sua habitação como tendo fracas condições, por outro, são vários os casos de insalubridade e sobrelotação denunciados por entidades responsáveis e por meios de comunicação. Podemos então dizer que, mesmo apesar da dualidade encontrada na questão das condições de habitação, o facto destes imigrantes residirem habitualmente em alojamentos partilhados com outros imigrantes, em meios rurais, longe de serviços e de redes de transporte, em que a maioria não dispõe de condições para possuir uma viatura, constitui um entrave à sua integração.

5.4. Educação / Língua Portuguesa

Questionados sobre o grau de domínio da língua portuguesa, a maioria (45,7%) dos inquiridos considera “suficiente” o seu domínio do português, por sua vez 30% consideram o mesmo “fraco” e 4,3% “muito fraco”. Apenas 1 trabalhador considera o seu grau de domínio da língua como “muito bom” e 18,6% como “bom”²².

Analisando as duas questões relativas à frequência de cursos de língua portuguesa para estrangeiros (“Teve oportunidade de frequentar um curso de língua portuguesa para estrangeiros? e “Teria interesse em participar num curso caso ainda não tenha tido essa oportunidade?”), verificamos que a maioria (65,7%) afirmam não ter acesso à frequência de um curso de português para estrangeiros e que destes, 82,6% teria interesse em participar²³.

Com os dados recolhidos relativamente ao domínio e aprendizagem da língua portuguesa, compreendemos que existem fortes dificuldades numa das áreas consideradas mais relevantes para a integração. O facto dos migrantes viverem geralmente em áreas isoladas, partilhando habitação com outros migrantes e terem atividades que exigem pouco conhecimento da língua contribuem para um fraco conhecimento da língua. Por sua vez, esta barreira leva a uma maior exclusão da sociedade, dificuldades acrescidas em tarefas do dia a dia, desconhecimento sobre direitos e deveres, dificuldade em progredir profissionalmente, entre outros. Esta barreira foi também a questão mais salientada pelos inquiridos na resposta aberta.

²² Ver Anexo C, figura 6

²³ Ver Anexo C, tabela 2

A manifesta predisposição demonstrada pelos trabalhadores em frequentar cursos de língua portuguesa nos questionários é um dado relevante, visto que é contrastada com informações diferentes por parte de uma das entidades responsáveis pela realização de tais cursos:

“No período pré-pandemia existiam cursos (de língua e cultura) lecionados na freguesia de A-dos-Cunhados, onde há uma maior comunidade de imigrantes e a nossa experiência é a de que num primeiro momento existia uma enorme dificuldade que era a presença das pessoas. Estamos a falar de trabalhadores com uma atividade extremamente dura a nível físico e que no horário em que os cursos são lecionados encontram-se exaustos. A taxa de sucesso no final era muito reduzida. Percebemos então que tínhamos que entrar em contacto com as entidades empregadoras. Os cursos começaram a ter algum sucesso a partir do momento em que as empresas foram envolvidas e disponibilizaram aos trabalhadores uma dispensa de meia hora, o que parece pouco mas faz alguma diferença na logística entre a saída do trabalho e a chegada ao local do curso. (...) O total interesse em participar nos cursos caso eles existam, não é o que nós encontramos na generalidade quando esses mesmos cursos abrem.”
(CLAII Torres Vedras)

Percebemos então que existe uma lacuna entre as respostas dadas e a realidade encontrada pelas entidades na hora de realização dos cursos, possivelmente devido ao supracitado pelo CLAII (falta de disponibilidade física e horária). Poderá estar relacionada a outros fatores como alguns migrantes verem a sua estadia como temporária, o trabalho não exigir um conhecimento avançado da língua ou pelo facto de estes cursos terem sido interrompidos pela pandemia, fazendo com que os mais recentes trabalhadores ainda não tivessem possibilidade de os integrar. Note-se que, recorrendo ao Plano Municipal de Integração de Migrantes de Torres Vedras, onde constam os resultados de inquéritos aplicados a uma amostra de 57 imigrantes, o idioma encontra-se apenas em sexto lugar na lista de maiores dificuldades/necessidades.

Compreende-se assim que esta é uma questão a ser avaliada e trabalhada pelas entidades responsáveis, mas também pelas empresas que, como referido, são um ator fundamental para o sucesso destes cursos e conseqüentemente de um impulso na integração dos imigrantes.

5.5. Saúde

Questionados sobre se enfrentam dificuldades quando necessitam de recorrer a serviços de saúde, 72,9% responderam que sim. Do total de inquiridos que responderam que sentiam dificuldades nos serviços de saúde, 87% afirmam ter dificuldades a nível da língua, 5,6% sentem discriminação nestes serviços, a mesma percentagem menciona que desconhece o funcionamento do sistema de saúde e 3,7% mencionam o preço como uma dificuldade. 11,1% afirmaram ainda sentir “outra(s)” dificuldades, diferentes das mencionadas nas opções de resposta.

Atendendo a que as respostas aos questionários revelam que grande parte dos imigrantes sentem dificuldades nos serviços de saúde e que a principal dificuldade reportada é a língua, percebemos que esta é uma das áreas altamente impactadas pelo que foi anteriormente referido acerca da aprendizagem da língua. Do outro lado desta questão, percebemos também uma fraca adaptação dos serviços às necessidades dos imigrantes.

Ao cruzar dados relativos ao acesso aos serviços de saúde e sexo, percebemos que 87% das mulheres afirmam sentir dificuldades no acesso aos serviços de saúde, enquanto a percentagem para os homens é de 67%, ficando claro que existe uma relação entre o sexo e o acesso aos serviços de saúde.

Recorrendo ao Relatório “Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes” (Dias et al., 2018), observa-se que as diferenças linguísticas são apontadas pela maioria dos participantes no inquérito, porém surgem apenas em sexto lugar na lista de fatores que condicionam o acesso aos serviços de saúde. No entanto, é relevante ter em consideração que este estudo foi constituído maioritariamente por cidadãos oriundos do Brasil e de países africanos de língua oficial portuguesa. De sublinhar também o facto de a área da saúde ser a categoria com menor pontuação na avaliação realizada pelo MIPEX para Portugal.

Conseguimos assim compreender que no geral, a área da saúde é apontada pela globalidade dos imigrantes como uma das áreas que apresenta maiores dificuldades, em especial pelas mulheres. No entanto, para a comunidade em estudo, tais dificuldades são exacerbadas pelo facto dos migrantes serem maioritariamente oriundos de países sem ligação cultural a Portugal, com sistemas bastante diferentes de funcionamento e em que as barreiras linguísticas desempenham um papel determinante no condicionamento destes aos serviços e na sua satisfação com o atendimento.

5.6. Antidiscriminação

Em relação à experienciação de situações de discriminação, 65,7% dos trabalhadores respondeu que não vivenciou situações de discriminação, enquanto 34,3% responderam afirmativamente.

Comparativamente aos resultados obtidos pelo inquérito no Plano Municipal para a Integração de Migrantes em Torres Vedras, em que 24 em 57 migrantes afirmaram sentirem-se discriminados, percebemos que aqui a percentagem é maior. Também pelos dados do European Social Survey verificamos que Portugal é o terceiro país com maior percentagem de imigrantes que declaram pertencer a um grupo discriminado no país com base na “cor ou raça”, “nacionalidade”, ou “grupo étnico” (Oliveira & Gomes, 2018).

Pode-se assim inferir que este não é um desafio com o qual a maioria dos imigrantes se depara e que é um problema encontrado em menor escala nesta comunidade imigrante comparativamente à

população estrangeira na região e a nível nacional. Não é, no entanto, uma matéria a desconsiderar visto que é ainda um tema apontado por vários inquiridos.

5.7. Perspetivas de futuro

Em relação à continuidade no setor agrícola e em Portugal, observamos que a maioria (77,1% / 54 indivíduos) considera continuar a viver em Portugal, enquanto cerca de metade (52,9% / 37 indivíduos) considera continuar a trabalhar no setor agrícola. Ainda relativamente à continuidade na agricultura, 18,6% respondeu negativamente e 28,6% declarou não saber. Cruzando as duas questões, é possível afirmar que daqueles que pretendem continuar a viver em Portugal, 32 trabalhadores pretendem continuar no setor agrícola, 13 responderam não saber e 9 afirmam que não consideram continuar no setor²⁴.

Desta forma, podemos perceber que existe interesse geral em fixarem-se no país a longo prazo, sendo esse interesse menor em relação à continuidade no setor. Podemos deduzir através destas respostas que as condições encontradas nesta atividade não são consideradas atrativas para uma parte considerável dos imigrantes, mas que para alguns, existe uma perspetiva de futuro no país, fora deste setor.

Sendo claro que as condições laborais e legislação desempenham um papel decisivo na captação de trabalhadores, as políticas de integração devem igualmente ser vistas como importantes para a permanência destes trabalhadores, considerados fundamentais neste setor. E nesta atividade, em que as especificidades colocam desafios singulares, devem ser traçados planos que olhem para as necessidades e particularidades da mesma.

Um estudo realizado sobre a imigração no setor agrícola no Alentejo (Carvalho & Teixeira, 2021), onde as mesmas dificuldades se verificam, elenca um conjunto de recomendações que teriam um impacto na integração dos migrantes, às quais importa fazer referência. A primeira a destacar prende-se com a gestão dos fluxos migratórios, sendo conhecido que o descontrolo sobre a entrada de imigrantes poderá levar a problemas como o desemprego ou falta de estabilidade laboral e perpetuação de condições precárias devido à grande facilidade de substituição de trabalhadores. Para tal, considera-se de grande relevância a criação de acordos bilaterais de contratação de mão de obra estrangeira com os países emissores de emigrantes, com vista a combater a desregulação de fluxos e as redes de migração, assim como a maior divulgação sobre as condições socioeconómicas em Portugal nos países emissores, dada a verificação de um elevado desconhecimento sobre as condições de vida no país.

²⁴ Ver Anexo C, tabela 3

Em segundo lugar, destacam-se as propostas de medidas que visam a adequação do quadro laboral às condições do setor, como a incorporação da Diretiva Europeia sobre o caráter sazonal do trabalho agrícola, a alteração do regime de criação de empresas na hora, que incentiva a desregulamentação e práticas ilegais no mercado laboral ou o estabelecimento de subsídio de desemprego para trabalhadores de atividades agrícolas sazonais de forma a diminuir a vulnerabilidade destes perante a pobreza.

Por último, de forma a combater as condições precárias e de sobrelotação habitacional, o estudo sugere *“a promulgação urgente de legislação sobre sobrelotação habitacional, distinguindo situações de sobrelotação por motivo familiar das situações por motivos terceiros (inserção laboral)”* e também a *“criação de legislação sobre hostels/albergues para trabalhadores de atividades económicas sazonais”* de forma retirar pressão habitacional às áreas subjacentes às explorações agrícolas.

Conclusões

Durante a presente reflexão, percebemos que ao analisar a integração dos trabalhadores imigrantes no setor agrícola, existem fatores explicativos que influenciam esse processo de integração que não podem ser deixados de lado, entre os quais a imigração ilegal, formas de recrutamento e os caminhos tortuosos para a legalização. Apesar destas dimensões não caberem no quadro das políticas públicas, foram essenciais na avaliação dos níveis de integração dos imigrantes.

Procurando responder à questão de partida e tendo por base a informação analisada (inquéritos, entrevistas, notícias, relatórios e dados estatísticos) classificou-se cada categoria de modo a perceber as áreas com melhor e pior desempenho, numa escala de insuficiente, suficiente, bom ou muito bom. A língua foi a dimensão que mais se destacou, revelando uma das maiores dificuldades, com repercussões em várias áreas. Como tal, classifica-se esta dimensão como “insuficiente”. A paragem dos cursos de língua e cultura devido à situação pandémica, a falta de disponibilidade dos trabalhadores devido ao trabalho árduo e exigente a nível horário e o impacto reportado pelos migrantes em aspetos essenciais como a saúde, são alguns dos fatores que se destacam nesta avaliação. Ao observar a informação disponibilizada por outras entidades, como é o caso da Câmara Municipal de Odemira, observa-se um extenso conjunto de informações aos imigrantes traduzido em várias línguas, disponível online, o que não se observa na região Oeste.

Em segundo lugar destacamos a saúde. A esta categoria atribui-se a classificação de “suficiente”, sendo a maior dificuldade nesta área a língua, nomeada anteriormente. A falta de informação aos migrantes sobre o acesso aos cuidados de saúde, a dificuldade de adaptação dos serviços aos migrantes, a discriminação referida por alguns dos inquiridos ou a fraca divulgação de serviços úteis como a tradução telefónica são os principais fatores encontrados. Sublinhe-se no entanto a medida positiva presente no Plano Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Torres Vedras, que contempla ações de formação sobre mediação cultural para profissionais de saúde na primeira linha de atendimento.

Classificou-se também de “suficiente” as condições de habitação. Nesta área, de grande dualidade entre as respostas aos questionários e o reportado por entidades responsáveis e meios de comunicação, percebe-se que existe ainda um longo caminho a percorrer. A falta de legislação que habilite as entidades responsáveis a combater condições de sobrelotação e o perigo das condições de sobrelotação e insalubridade para a saúde pública que ficou exposto com a pandemia levam à conclusão de que esta é a uma área a que deve ser dada maior atenção. A criação de um Posto Avançado para a Habitação, medida referida pelo CLAI Torres Vedras em entrevista, é um ponto positivo, contudo, sem resultados disponíveis até à presente data.

O mercado de trabalho é a categoria onde se encontra maior dificuldade de avaliação. Se por um lado as condições de integração nesta dimensão são favoráveis, sendo a área mais destacada pelo MIPEX (2020) que coloca Portugal no primeiro lugar, existem fatores que condicionam tal avaliação. Fatores referidos anteriormente como a proliferação de empresas de trabalho temporário que atuam à margem das boas práticas laborais, a facilidade de criação e encerramento destas empresas, a realidade das falsas promessas de contrato de trabalho e a vulnerabilidade dos trabalhadores que necessitam de contrato de trabalho para efeitos de legalização, são alguns dos entraves encontrados. A desregulação dos fluxos migratórios, impulsionada pela atividade de redes de migração e a facilidade de substituição de trabalhadores que levam à perpetuação de condições de trabalho precárias são também impulsionadores das dificuldades de integração nesta dimensão. Como tal, classifica-se esta categoria como “suficiente”.

Quando à dimensão da discriminação, as respostas dos imigrantes aos inquéritos levam a acreditar que esta não seja uma questão limitadora para a maioria dos imigrantes. Assim, classifica-se esta dimensão como “bom”.

Considerando as classificações em cada uma das categorias, avalia-se o nível de integração dos trabalhadores imigrantes no setor agrícola na região Oeste como “suficiente”. Apesar de na teoria, as condições de integração de imigrantes em Portugal ser bastante favorável, conseguimos perceber no final desta análise que a população em estudo encontra dificuldades acrescidas. Tais dificuldades poderão ser mitigadas por medidas tais como as elencadas anteriormente que propõe soluções ao nível da regulação de fluxos migratórios, da habitação e da adequação do quadro laboral às exigências do setor (Carvalho & Teixeira, 2021). Além destas, conseguimos no final desta reflexão propor outras recomendações que se consideram relevantes.

Do que foi avaliado pelos inquéritos, sublinha-se de extrema relevância a retoma dos cursos de língua para estrangeiros, principalmente os lecionados nas freguesias com maior número de trabalhadores agrícolas. Face ao constatado pelo CLAII em entrevista, com vista a combater a dificuldade em garantir a presença dos imigrantes nestes, é importante a articulação direta com as empresas. Desta forma, a estreita comunicação e articulação de entidades como o CLAII com as empresas é outra das recomendações que se afiguram pertinentes. Como beneficiárias da fixação e melhor integração dos trabalhadores, as empresas podem ter um papel mais ativo em áreas como a disponibilização de informação ou no fornecimento de transporte e habitação condigna, quando esta é aprovionada pela empresa.

Considera-se igualmente relevante a maior disponibilização de informação útil aos imigrantes (contactos úteis, direitos e deveres, acesso à saúde, acesso à educação, entre outros) por parte de uma entidade responsável local, como o CLAII. Esta deve ser traduzida em várias línguas, principalmente

nas quais existe menor informação traduzida (tailandês, hindi, nepalês...), distribuída em pontos de proximidade, como as juntas de freguesia e online.

Um ponto raramente sublinhado na análise da integração dos imigrantes neste setor é a sua falta de representatividade e dificuldade de comunicação dos problemas, aliado à falta de conhecimento sobre os seus direitos e deveres. Para tal, considera-se relevante a promoção do associativismo entre estes migrantes, de modo a que encontrem forma de expressar os seus interesses. Como referido pela ACT em entrevista, estes trabalhadores não são abrangidos por sindicatos, pelo que a maioria das queixas vem através dos próprios trabalhadores. O CLAI refere também que, apesar de na zona existir uma associação de imigrantes, esta é pouco conhecida pelos migrantes do setor agrícola e que é uma dimensão ainda a ser trabalhada.

Conseguimos no final desta análise concluir que ainda existe um longo caminho a percorrer no sentido da maior integração dos imigrantes neste setor e em particular nesta região. Apesar do grande mediatismo no ano de 2021 desta problemática, nada foi feito para combater os problemas de fundo e as especificidades encontradas no setor agrícola continuam a ter pouca relevância na construção de políticas de integração. Existe assim uma divergência entre os objetivos das leis e do quadro legislativo sobre a integração de imigrantes e a implementação dessas leis e políticas na realidade, sendo esta divergência flagrante no setor em análise. Enquanto isso, a mão-de-obra estrangeira continua e continuará a ser um dos pilares da sobrevivência do setor.

Referências Bibliográficas

- Agência Lusa (2021, abril). *Integração dos migrantes em Odemira passa pela condenação da "rede mafiosa", diz especialista*. <https://observador.pt/2021/04/30/integracao-dos-migrantes-em-odemira-passa-pela-condenacao-da-rede-mafiosa-diz-especialista/>
- Agência Lusa (2021, maio). *Torres Vedras. Detetados migrantes a viver em armazéns e antigas pecuárias*. <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2021/05/13/torres-vedras-detetados-migrantes-a-viver-em-armazens-e-antigas-pecuarias/238571/>
- Agência Lusa (2021, maio) (2). *Covid-19. Surto com 29 infetados entre trabalhadores agrícolas de Torres Vedras*. <https://expresso.pt/coronavirus/2021-05-05-Covid-19.-Surto-com-29-infetados-entre-trabalhadores-agricolas-de-Torres-Vedras-04bab0f8>
- Assembleia da República (2016). *Imigração: Legislação Nacional*. Coleção TEMAS n.º 44
- Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, p. 29-44
- Barbedo, R. (2018, setembro). *Torres Vedras: o concelho que abastece Portugal*. <https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/negocios-e-portugal/torres-vedras/detalhe/torres-vedras-o-concelho-que-abastece-portugal>
- Carvalho, J. (2018) 'Bringing the state back in': A political economy analysis of Portuguese immigration policy. *Mediterranean Politics*, 23:4, 501-521, DOI: 10.1080/13629395.2017.1352569
- Cook, M. L. (2018). Portugal's Immigration and Integration Policies: a Case Apart? *Journal of International Migration and Integration*, 19(3), 771–789. <https://doi.org/10.1007/s12134-018-0569-x>
- Corrado, A. (2017). Migrant crop pickers in Italy and Spain. *Heinrich Böll Foundation: Berlin, Germany*. <https://www.boell.de/en/2017/06/30/migrant-crop-pickers-italy-and-spain>
- Costa, P. M. (2016). A política portuguesa de integração dos imigrantes: uma análise dos dois primeiros planos de integração. *Políticas de Igualdade e Inclusão: Reflexões e Contributos I*, 32–59. <http://hdl.handle.net/10400.2/5708>
- Deutsche Welle (2020, agosto). Dream Job or Rip-off? - Thai Berry Pickers in Sweden. <https://p.dw.com/p/3hjeO>
- Favell, A. (2018). Integration Policy and Integration Research in Europe: *Citizenship Today*. 349–400. <https://doi.org/10.2307/j.ctt6wpkc2.18>
- Fernandes, F. (2018, junho). *Oeste, o reino das hortícolas em Portugal*. <https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/detalhe/oeste-o-reino-das-horticolas-em-portugal>

- Fonseca, M. L., & McGarrigle, J. (2014). Immigration and Policy: New challenges after the economic crisis in Portugal. *Impacts of the Recent Economic Crisis (2008-2009) on International Migration, September*, 51–75
- Franco, H, Pereira, R. (2021, maio). *O lado oculto das estufas de Torres Vedras*. <https://expresso.pt/sociedade/2021-05-15-Migrantes.-O-lado-oculto-das-estufas-de-Torres-Vedras-dca5ad66>
- Governo de Portugal (2015). *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*.
- Hedberg, C., Axelsson, L., Abella, M. (2019). *Thai Berry Pickers in Sweden: A Migration Corridor to Low Wage Sector Thai berry pickers in Sweden – A migration corridor to a low-wage sector*. <https://www.researchgate.net/publication/335219805>
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Recenseamento Agrícola 2019 – Resultados Preliminares*.
- Jentsch, B., & Simard, M. (2009). *International Migration and Rural Areas - Cross-National Comparative Perspectives*. Ashgate
- Malheiros, J. (coord.) et al. (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Martin, P. L. (2016). *Migrant Workers in Commercial Agriculture*. International Labour Organization, Sectoral Policies Department, Conditions of Work and Equality Department
- Martin, P. L. (2017). *Immigration and Farm Labor: Challenges and Opportunities*. University of California
- Martin, MP. L., Fix, M. & Taylor, J. E. (2006). The New Rural Poverty: Agriculture and Immigration in California. *Journal of Regional Science*, p. 392-394. <https://www.researchgate.net/publication/249390221>
- Moleiro, R. (2021, maio). "O empregador cobra aos imigrantes os próprios contratos de trabalho. E depois desconta-lhes a dívida no salário". <https://expresso.pt/sociedade/2021-05-07-O-empregador-cobra-aos-imigrantes-os-proprios-contratos-de-trabalho.-E-depois-desconta-lhes-a-divida-no-salario-e87ab0ae>
- Moreno, L., Esteves, A., & Fonseca, M. L. (2016). Opções empresariais, agricultura e contingências laborais no Sul de Portugal: o caso de Odemira no contexto da mundialização. *Smart and Inclusive Development in Rural Areas Book of Proceedings of the 11th Iberian Conference on Rural Studies Editors*, 663–669.
- Município de Torres Vedras (2018). *Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2018-2020*.
- Município de Torres Vedras (2021). *Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2020-2022*
- Municípios de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos (2015). *Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017*.

- Natale, F., Kalantaryan, S., Scipioni, M., Pasa, A., & Alessandrini, A. (2019). *Migration in EU Rural Areas*. Publications Office of the European Union. doi.org/10.2760/544298
- OECD/EU (2015). *Settling In 2015: OECD Indicators of Immigrant Integration*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264234024-en>
- OECD/EU (2018). *Settling In 2018: OECD Indicators of Immigrant Integration*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264171534-en>
- Oliveira, C. & Gomes, N. (2018). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2018*. 1ª ed. Imigração em Números
- Oliveira, C. & Gomes, N. (2019). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2019*. 1ª ed. Imigração em Números
- Oliveira, C. (2020). *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2020*. 1ª ed. Imigração em Números
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e Desafios. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Nº 39, p. 159-184
- Pereira, C. et al. (2021). 'If you don't migrate, you're a nobody': Migration recruitment networks and experiences of Nepalese farm workers in Portugal. *Journal of Rural Studies*. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.04.019>
- Perrotta, D. (2015). Agricultural Day Laborers in Southern Italy: Forms of Mobility and Resistance. *South Atlantic Quarterly*, p. 195-203. January 2015. <https://doi.org/10.1215/00382876-2831632>
- Ruhs, M., & Anderson, B. (2010). *Who Needs Migrant Workers? Labour shortages, immigration, and public policy*. Oxford University Press, p. 1-14
- Ruhs, M. (2008). Economic research and labour immigration policy. *Oxford Review of Economic Policy*, 24(3), 403-426. <https://www.jstor.org/stable/23606896>
- Sampaio, A. et al. (2017). *Cultivar: Cadernos de Análise e Prospetiva Trabalho na agricultura e as novas tendências laborais*. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
- Scott, S., McCormick, A., & Zaloznik, M. (2008). *Staff shortages and immigration in agriculture*. Migration Advisory Committee. <https://www.researchgate.net/publication/239923723>
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2020). Relatório Anual de Segurança Interna -2020. [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório Anual de Segurança Interna \(RASI\)/RASI 2016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)/RASI 2016.pdf)
- World Bank (2019), *Leveraging Economic Migration for Development: A Briefing for the World Bank Board*. Washington, DC: World Bank
- Zorlu, A., & Hartog, J. (2018). *The impact of language on socioeconomic integration of immigrants*. IZA – Institute of Labor Economics. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3170274

Anexos

Anexo A – Questionário aplicado aos trabalhadores²⁵

Este questionário será utilizado como base da dissertação de mestrado em Políticas Públicas no ISCTE-IUL, em que o objetivo será perceber como as políticas de integração de imigrantes se aplicam à realidade dos trabalhadores imigrantes no setor agrícola da zona Oeste.

A evidência mostra que os trabalhadores imigrantes são cruciais para a sobrevivência do setor agrícola, no entanto, devido às especificidades do setor, é também reconhecido que a integração destes trabalhadores enfrenta desafios, levando à dificuldade de fixação dos mesmos na região e na atividade.

O questionário é completamente **anónimo** e será utilizado apenas para **fins académicos**.

This questionnaire will be used as the basis for the master thesis in Public Policy in ISCTE-IUL. The goal is to examine how immigrant integration policies apply to the reality of immigrant workers in agriculture in the West region of Portugal.

Evidence shows that immigrant work is crucial to the agriculture sector survival, however, due to this sector specificities, it is also known that the integration of these workers faces challenges, leading to the difficulty to establish in the region and in this activity area.

The questionnaire is completely **anonymous** and will be used only for **academic purposes**.

-
1. Nacionalidade / Nationality _____
 2. Idade / Age _____
 3. Sexo / Gender
 - Feminino / Female
 - Masculino / Male
 4. Há quanto tempo vive em Portugal? / How long do you live in Portugal?
 - Menos de 1 ano / Less than 1 year
 - Entre 1 e 3 anos / Between 1 and 3 years
 - Entre 3 e 5 anos / Between 3 and 5 years
 - Mais de 5 anos / More than 5 years
 5. Qual o seu nível de escolaridade? / What is your education level?
 - Ensino primário (4 anos de frequência escolar) / Primary school (4 years of school)
 - Ensino básico (6 anos de frequência escolar) / Elementary education (6 years of school)
 - Ensino secundário (12 anos de frequência escolar) / Secondary education (12 years of school)
 - Ensino pós-secundário / Post-secondary education
 - Ensino superior / Higher education

²⁵ Foram igualmente distribuídas versões em tailandês e russo

- 6.** Qual a modalidade do seu contrato de trabalho? / What is the type of your work contract?
- Temporário / Temporary (fixed-term)
 - Permanente / Permanent
 - Contrato de prestação de serviços / Service contract (outsourcing company)
 - Não tenho contrato / I don't have any work contract
- 7.** Qual é aproximadamente o seu rendimento mensal? / What is approximately your monthly income?
- Menos de 650€/ Less than 650€
 - Entre 650 e 800€/ Between 650 and 800€
 - Entre 800€ e 950€ / Between 800 and 950€
 - Mais de 950 / More than 950€
- 8.** A sua habitação é fornecida pela empresa? / Does your employer provide you with housing?
- Sim / Yes
 - Não / No
- 9.** Considera que a sua habitação tem condições dignas? / Do you think your house has decent conditions?
- Sim / Yes
 - Sim, mas não estou completamente satisfeito / Yes, but I'm not completely satisfied
 - Não / No
- 10.** Qual o seu grau de domínio da língua portuguesa? / What is your proficiency level of the portuguese language?
- Muito bom / Very good
 - Bom / Good
 - Suficiente / Sufficient
 - Fraco / Poor
 - Muito fraco / Very poor
- 11.** Tem oportunidade de frequentar um curso de língua portuguesa para estrangeiros? / Do you have the opportunity to attend a Portuguese language course for foreigners?
- Sim / Yes
 - Não / No

12. Se respondeu “não”, caso existisse a oportunidade de frequentar um curso de língua portuguesa para estrangeiros estaria interessado em participar? / If you answered “no”, if you had the opportunity, would you be interested in attending the course?

Sim / Yes

Não / No

13. Enfrenta dificuldades quando necessita de recorrer a serviços de saúde? / Do you face difficulties when you need to use health services?

Sim / Yes

Não / No

14. Se respondeu “sim”, quais as dificuldades? / If you answered “yes”, what are the difficulties?

Língua / Language

Discriminação / Discrimination

Preço / Price

Desconhecimento sobre o funcionamento do sistema de saúde / Lack of knowledge about the health system

Outro(s) / Other(s)

15. Já experienciou situações de discriminação? / Have you experienced discrimination?

Sim / Yes

Não / No

16. Quais são/foram as maiores dificuldades a nível de integração? (questão opcional) / What are/were the main difficulties in terms of integration? (optional question)

17. Considera continuar a trabalhar na agricultura? / Do you consider continuing to work in agriculture?

Sim / Yes

Não / No

Não sei / I don't know

18. Considera continuar a viver em Portugal? / Do you consider continuing to live in Portugal?

Sim / Yes

Não / No

Não sei / I don't know

Anexo B – Variação da população estrangeira com estatuto legal de residente, NUT III Oeste

Nacionalidade	População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades – NUT III Oeste				
	2010	2015	2019	Variação 2015 - 2019	Variação 2010-2019
Espanha	123	158	247	56,33%	100,81%
França	215	353	1016	187,82%	372,56%
Reino Unido	511	635	1352	112,91%	164,58%
Ucrânia	3476	2422	1933	-20,19%	-44,39%
Roménia	1612	1459	1409	-3,43%	-12,59%
Moldávia	1457	661	477	-27,84%	-67,26%
Outros países europeus	1059	1228	2542	107,00%	140,04%
Angola	319	221	329	48,87%	3,13%
Cabo-Verde	306	209	211	0,96%	-31,05%
Guiné-Bissau	146	131	270	106,11%	84,93%
Moçambique	64	52	64	23,08%	0,00%
São Tomé e Príncipe	96	77	93	20,78%	-3,13%
Outros países africanos	107	98	172	75,51%	60,75%
Brasil	5783	3051	5214	70,89%	-9,84%
Outros países americanos	210	229	456	99,13%	117,14%
China	423	594	753	26,77%	78,01%
Índia	28	63	363	476,19%	1196,43%
Nepal	5	84	517	515,48%	10240,00%
Outros países asiáticos	357	356	597	67,70%	67,23%

Fonte: Pordata, cálculos próprios

Anexo C – Análise dos questionários: tabelas e representações gráficas

Figura 1: Nacionalidade

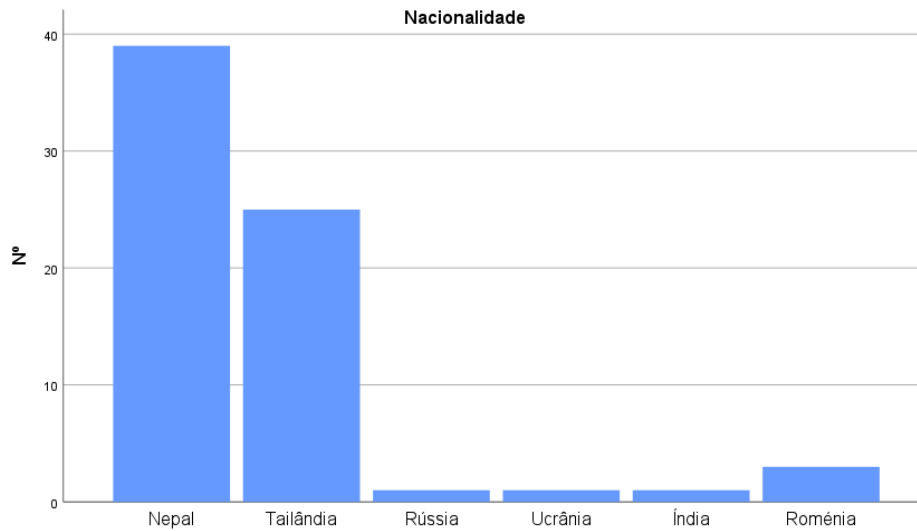


Figura 2: Número de anos a residir em Portugal

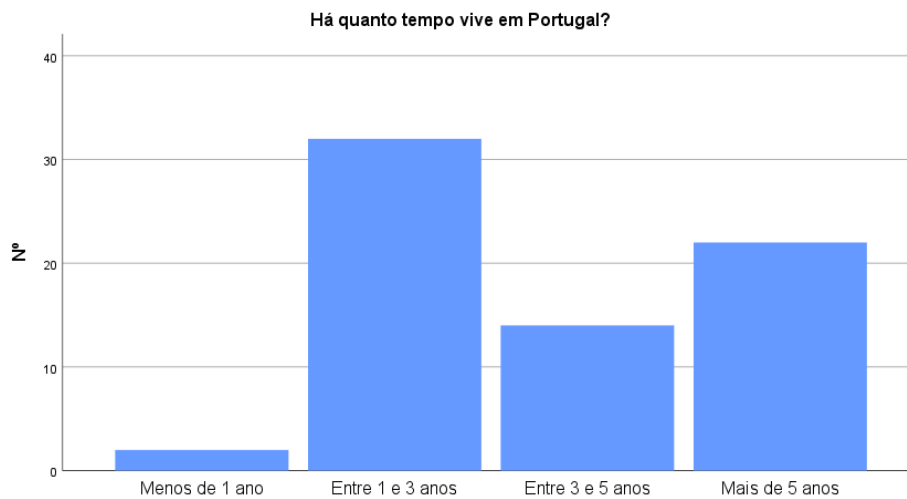


Figura 3: Nível de escolaridade

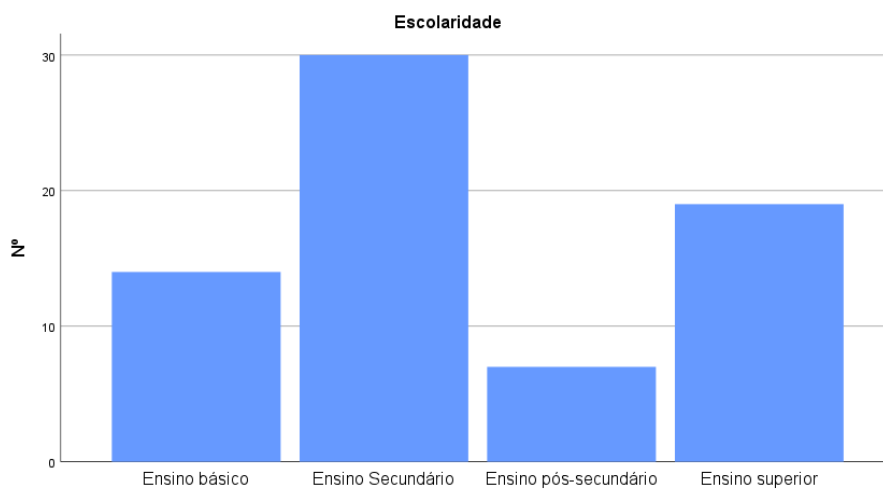


Figura 4: Modalidade do contrato de trabalho

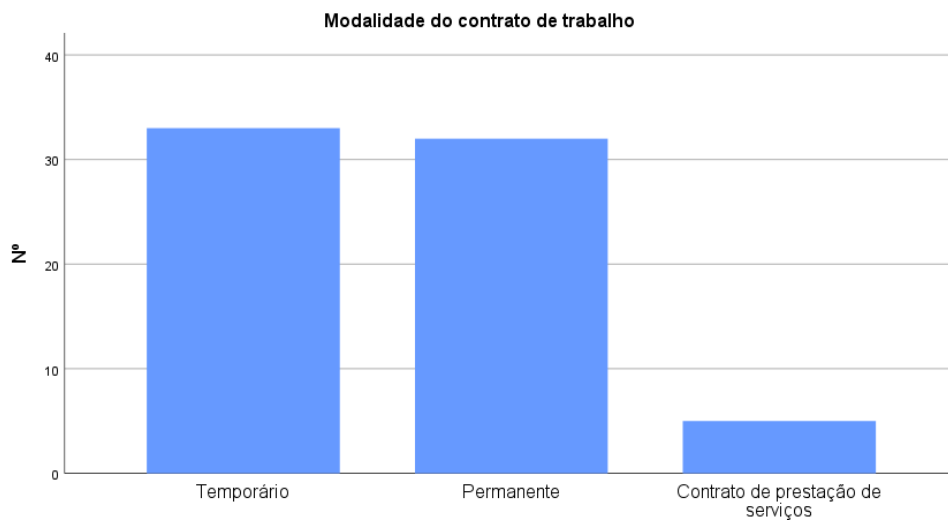


Figura 5: Rendimento médio mensal

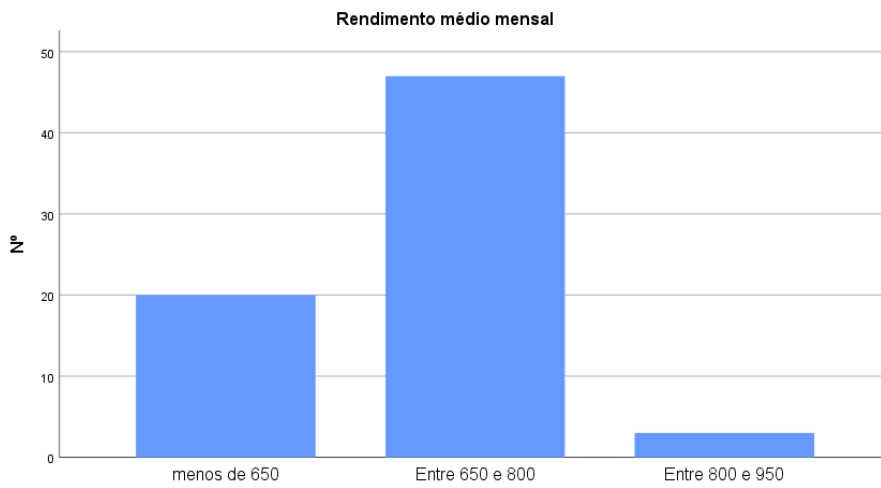


Figura 6: Nível de proficiência da língua portuguesa

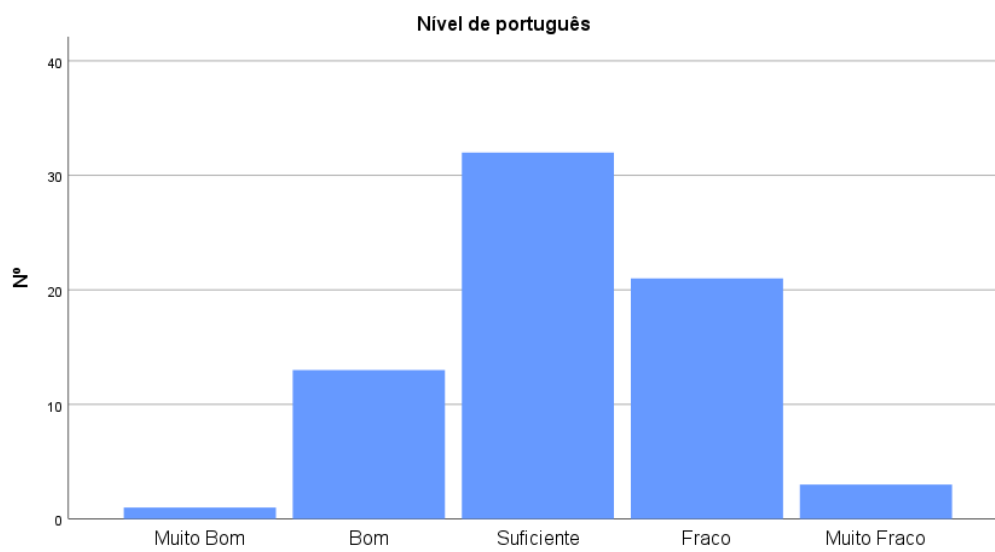


Tabela 1: Tabulação cruzada – Habitação

A habitação tem condições dignas? * Habitação fornecida pela empresa?

		Habitação fornecida pela empresa?		Total
		Sim	Não	
A habitação tem condições dignas?	Sim	16	30	46
	Sim, mas	6	15	21
	Não	0	3	3
Total		22	48	70

Tabela 2: Tabulação cruzada – Frequência de cursos de português

Tem oportunidade de frequentar um curso de português? * Teria interesse em participar?

		Teria interesse em participar?		Total
		Sim	Não	
Tem oportunidade de frequentar um curso de português?	Sim	23	1	24
	Não	38	8	46
Total		61	9	70

Tabela 3: Tabulação cruzada – Perspetivas de futuro

Considera continuar em Portugal? * Considera continuar na agricultura?

				Considera continuar na agricultura?			Total
				Sim	Não	Não sei	
Considera continuar em Portugal?	em	Sim	32	9	13	54	
		Não	1	1	0	2	
		Não sei	4	3	7	14	
Total				37	13	20	70